

**RENATO
BRASILEIRO
DE LIMA**

MANUAL DE
PROCESSO PENAL
volume único

10^a | revista
edição | atualizada
ampliada

2021

 **EDITORA**
*Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br



Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo
 Tel: (11) 3582.5757
 • Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Diagramação: Ana Paula Lopes Corrêa (aninha_lopescorrea@hotmail.com)

Capa: Ana Caquetti

L732m Lima, Renato Brasileiro de
 Manual de processo penal: volume único / Renato Brasileiro de Lima – 10. ed. rev.,
 ampl. e atual. – São Paulo: Ed. JusPodivm, 2021.
 1648 p.

Bibliografia.
 ISBN 978-85-442-3419-8.

1. Direito processual. 2. Direito processual penal. I. Título.

CDD 341.43

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

TÍTULO 1 • NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	43		
1. Introdução.....	43		
2. Sistemas processuais penais.....	44		
2.1. Sistema inquisitório.....	44		
2.2. Sistema acusatório	45		
2.3. Sistema processual misto ou francês.....	46		
3. Princípios fundamentais do processo penal.....	47		
3.1. Da Presunção de inocência (ou da não culpabilidade)	47		
3.1.1. Noções introdutórias	47		
3.1.2. Da regra probatória (<i>in dubio pro reo</i>)	48		
3.1.3. Da regra de tratamento.....	49		
3.1.4. (In)constitucionalidade da execução provisória da pena	50		
3.1.4.1. Desnecessidade do trânsito em julgado (STF – HC 126.292/ ARE 964.246)	50		
3.1.4.2. Necessidade do trânsito em julgado (STF – ADC's 43, 44 e 54).....	52		
3.1.4.3. (Des) necessidade do trânsito em julgado para fins de execução da pena restritiva de direitos.....	55		
3.1.4.4. (Des) necessidade do trânsito em julgado de sentença penal condenatória para fins de reconhecimento, no âmbito administrativo carcerário, de falta grave decorrente do cometimento de fato definido como crime doloso	56		
3.2. Princípio do contraditório.....	57		
3.2.1. Contraditório para a prova e contraditório sobre a prova	58		
3.3. Princípio da ampla defesa.....	59		
3.3.1. Defesa técnica (processual ou específica)	59		
3.3.1.1. Defesa técnica necessária e irrenunciável.....	59		
3.3.1.2. Direito de escolha do defensor ...	61		
3.3.1.3. Defesa técnica plena e efetiva....	61		
3.3.2. Autodefesa (material ou genérica)	62		
3.3.2.1. Direito de audiência.....	63		
3.3.2.2. Direito de presença.....	63		
3.3.2.3. Capacidade postulatória autônoma do acusado	64		
3.3.3. Ampla defesa no processo administrativo disciplinar e na execução penal.....	64		
3.4. Princípio da publicidade.....	66		
3.4.1. Divisão da publicidade: ampla e restrita.....	67		
3.4.2. Sessão de julgamento na Justiça Militar e votação em sala secreta.....	68		
3.5. Princípio da busca da verdade: superando o dogma da verdade real.....	68		
3.5.1. Busca da verdade consensual no âmbito dos Juizados	69		
3.6. Princípio da inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos	70		
3.7. Princípio do juiz natural.....	70		
3.8. Princípio do <i>nemo tenetur se detegere</i>	70		
3.8.1. Noções introdutórias	70		
3.8.2. Titular do direito de não produzir prova contra si mesmo.....	70		
3.8.3. Advertência quanto ao direito de não produzir prova contra si mesmo.....	71		
3.8.4. Desdobramentos do direito de não produzir prova contra si mesmo.....	72		
3.8.5. Exercício total ou parcial (horizontal ou vertical) do direito de não produzir prova contra si mesmo.	77		
3.8.6. Dever legal de interrupção imediata do interrogatório quando o imputado optar pelo exercício do direito ao silêncio.....	78		
3.8.7. Consequências decorrentes do exercício do direito de não produzir prova contra si mesmo	79		
3.8.8. O direito de não produzir provas contra si mesmo e a prática de outros delitos.....	80		
3.9. Princípio da proporcionalidade.....	81		
3.9.1. Da adequação.....	83		
3.9.2. Da necessidade.....	83		
3.9.3. Da proporcionalidade em sentido estrito	83		
4. Lei processual penal no espaço	84		
4.1. Tratados, convenções e regras de direito internacional	84		

4.2. Prerrogativas constitucionais do Presidente da República e de outras autoridades	85	4.2. (In)constitucionalidade formal e material do juiz das garantias	111
4.3. Processos da competência da Justiça Militar	86	4.3. Distinção entre o juiz das garantias, juízo de instrução e “centrais de inquérito” (v.g., DIPO/SP)	113
4.4. Processos da competência do tribunal especial	87	4.4. Fundamento: a necessária preservação da imparcialidade do magistrado à luz da teoria da dissonância cognitiva	114
4.5. Crimes de imprensa	87	4.5. A figura do juiz das garantias no direito comparado	118
4.6. Crimes eleitorais	87	4.6. Início da eficácia do juiz das garantias	119
4.7. Outras exceções	87	4.7. Aplicação imediata da nova sistemática do Juiz das garantias às investigações e aos processos em andamento por ocasião da entrada em vigor da Lei n. 13.964/19	120
5. Lei processual penal no tempo	88	4.8. Da posição do juiz das garantias diante da investigação preliminar: atuação como garantidor e não como instrutor	122
5.1. Lei nº 9.099/95 e seu caráter retroativo	89	4.9. Competências criminais do Juiz das Garantias	123
5.2. Lei nº 9.271/96 e nova redação do art. 366: suspensão do processo e da prescrição	90	5. Abrangência da competência do juiz das garantias	133
5.3. Leis 11.689/08 e 11.719/08 e sua aplicabilidade imediata aos processos em andamento	90	5.1. Não abrangência das infrações de menor potencial ofensivo	134
5.4. Lei nº 12.403/11 e o novo regramento quanto às medidas cautelares de natureza pessoal	91	5.2. (In)existência de juiz das garantias nos Tribunais	134
5.5. Normas processuais heterotópicas	91	5.3. (In)existência de juiz das garantias no âmbito do Tribunal do Júri	136
5.6. Vigência, validade, revogação, derrogação e ab-rogação da lei processual penal	92	5.4. (In)existência de juiz das garantias na Justiça Militar e na Justiça Eleitoral	137
6. Interpretação da lei processual penal	92	5.5. (In)existência de juiz das garantias no contexto da violência doméstica e familiar contra a mulher	139
6.1. Interpretação extensiva	93	5.6. (In)existência de juiz das garantias colegiado	141
6.2. Analogia	93	5.7. (In)existência do Ministério Público das garantias	142
6.3. Distinção entre analogia e interpretação analógica	94	6. Cessação da competência do juiz das garantias com o recebimento da peça acusatória	144
6.4. Aplicação supletiva e subsidiária do novo Código de Processo Civil ao processo penal	95	7. Recebimento da peça acusatória e apreciação das questões pendentes pelo juiz da instrução e julgamento	146
TÍTULO 2 • JUIZ DAS GARANTIAS	99	8. Desvinculação do juiz da instrução e julgamento em relação às decisões proferidas pelo juiz das garantias e (des)necessidade de reexame das cautelares em curso	146
1. Suspensão cautelar da eficácia dos arts. 3º-A a 3º-F do CPP (STF, ADI 6.299 MC/DF, Rel. Min. Luiz Fux, j. 22/01/2020)	99	9. Não apensamento dos autos que compõem as matérias de competência do juiz das garantias aos autos do processo enviados ao juiz da instrução e julgamento	147
2. Noções Introdutórias	99		
3. Estrutura acusatória do processo penal	100		
3.1. Da suspensão da eficácia <i>sine die</i> do art. 3º-A do CPP introduzido pela Lei n. 13.964/19	101		
3.2. Gestão da prova pelo magistrado: a vedação da iniciativa acusatória do juiz das garantias e da iniciativa probatória do juiz da instrução e julgamento	101		
3.2.1. Da vedação da iniciativa acusatória do juiz das garantias na fase investigatória	102		
3.2.2. Da vedação da iniciativa probatória do juiz da instrução e julgamento no curso do processo penal	104		
4. Juiz das Garantias	108		
4.1. Conceito	109		

SUMÁRIO

10. (Des)necessidade de exclusão física da investigação preliminar dos autos do futuro processo judicial.....	148	6.8. Procedimento indisponível	179
11. Impedimento para a atuação do juiz das garantias na fase de instrução e julgamento.....	152	6.9. Procedimento temporário	179
12. (In)subsistência da prevenção como critério residual de fixação de competência diante da criação da figura do juiz das garantias.....	153	7. instauração do inquérito policial	180
13. Criação de um sistema de rodízio de magistrados nas comarcas de vara única de modo a atender à sistemática do juiz das garantias	155	7.1. Verificação de procedência de informações (VPI).	180
14. Designação do juiz das garantias conforme as normas de Organização Judiciária da União, dos Estados e do Distrito Federal	156	7.2. Formas de instauração do inquérito policial	181
15. Da vedação à exploração da imagem de pessoa submetida à prisão como instrumento de se concretizar o respeito à integridade moral do preso	157	7.2.1. Crimes de ação penal pública incondicionada	181
TÍTULO 3 • INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR....	159	7.2.1.1. (Im)possibilidade de instauração de inquérito de ofício pela autoridade judiciária (“Inquérito das Fake News” – Inq.4.781 do STF)	182
1. Conceito de inquérito policial.....	159	7.2.2. Crimes de ação penal pública condicionada e de ação penal de iniciativa privada.....	184
2. Natureza jurídica do inquérito policial.....	159	8. <i>Notitia criminis</i>	185
3. Finalidade do inquérito policial.....	160	8.1. <i>Delatio criminis</i>	185
4. Valor probatório do inquérito policial	160	8.2. <i>Notitia criminis</i> inqualificada	185
5. Atribuição para a presidência do inquérito policial	161	9. Diligências investigatórias.....	186
5.1. Funções de polícia administrativa, judiciária e investigativa.....	161	9.1. Preservação do local do crime	186
5.2. Da atribuição em face da natureza da infração penal.....	162	9.2. Apreensão de objetos.....	187
5.3. Da atribuição em face do local da consumação da infração penal	164	9.3. Colheita de outras provas	187
5.4. Das atribuições das Polícias Legislativas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal	164	9.4. Oitiva do ofendido.....	188
5.5. Agências de Inteligência de Segurança Pública e de Estado	166	9.5. Oitiva do indiciado.....	188
6. Características do inquérito policial.....	168	9.5.1. (Des)necessidade de presença de defensor por ocasião da realização do interrogatório na fase investigatória.	189
6.1. Procedimento escrito	168	9.6. Reconhecimento de pessoas e coisas e acareações.....	190
6.2. Procedimento dispensável.....	168	9.7. Determinação de realização de exame de corpo de delito e quaisquer outras perícias.....	191
6.3. Procedimento sigiloso.....	169	9.8. Identificação do indiciado e juntada da folha de antecedentes criminais	191
6.4. Procedimento inquisitório.....	171	9.9. Averiguação da vida pregressa do investigado.....	192
6.4.1. Assistência jurídica em favor de servidores vinculados aos órgãos de segurança pública (CF art. 144) diante da instauração de inquérito para fins de investigação de fatos relacionados ao uso da força letal praticados no exercício funcional.....	174	9.10. Reconstituição do fato delituoso	192
6.5. Procedimento discricionário.....	177	9.11. Acesso aos dados cadastrais de vítimas e de suspeitos	192
6.6. Procedimento oficial	178	9.12. Requisição de informações acerca das estações rádio base (ERB's)	194
6.7. Procedimento oficioso	178	10. Identificação criminal	197
		10.1. Conceito	197
		10.2. Leis relativas à identificação criminal.....	198
		10.3. Documentos atestadores da identificação civil	199
		10.4. Hipóteses autorizadoras da identificação criminal	199

10.5. Identificação do perfil genético (Lei nº 12.654/12).....	201	14.4. Procedimento do arquivamento nas hipóteses de atribuição originária do Procurador-Geral de Justiça ou do Procurador-Geral da República.....	223
11. Incommunicabilidade do indiciado preso	203	14.5. (In) subsistência de coisa julgada na decisão de arquivamento.....	224
11.1. Regime disciplinar diferenciado.....	203	14.6. Desarquivamento, a partir da notícia de provas novas, e oferecimento de denúncia, na hipótese do surgimento de provas novas.....	226
12. Indiciamento.....	203	14.7. Recorribilidade contra a decisão de arquivamento	228
12.1. Conceito	203	14.8. Arquivamento determinado por juiz absolutamente incompetente.....	228
12.2. Momento.....	204	14.9. Arquivamento implícito.....	229
12.3. Espécies	204	14.10. Arquivamento indireto	230
12.4. Pressupostos	204	15. Trancamento (ou encerramento anômalo) do inquérito policial	230
12.5. Desindiciamento.....	205	15.1. (Im) possibilidade de arquivamento de ofício de investigações nos casos de competência originária dos Tribunais.	231
12.6. Atribuição	205	16. Investigações diversas.....	233
12.7. Sujeito passivo	205	16.1. Comissões Parlamentares de Inquérito: inquéritos parlamentares	233
12.8. Afastamento do servidor público de suas funções como efeito automático do indiciamento em crimes de lavagem de capitais	206	16.2. Conselho de Controle de atividades financeiras (COAF) – Unidade de Inteligência Financeira (UIF).....	235
13. Conclusão do inquérito policial.....	207	16.3. Inquérito Policial Militar	236
13.1. Prazo para a conclusão do inquérito policial.....	207	16.4. Investigação criminal pelo Ministério Público.....	237
13.1.1. Quadro sinóptico do prazo para a conclusão do inquérito policial.....	209	16.5. Inquérito civil.....	239
13.2. Relatório da autoridade policial	209	16.6. Termo circunstanciado	239
13.3. Destinatário dos autos do inquérito policial.....	210	16.7. Investigação pela autoridade judiciária	240
13.4. Providências a serem adotadas após a remessa dos autos do inquérito policial.....	211	16.7.1. Inquérito judicial.....	240
14. Arquivamento do inquérito policial.....	213	16.7.2. Revogada Lei das organizações criminosas.....	240
14.1. Fundamentos do arquivamento.....	213	16.7.3. Infrações penais praticadas por magistrados	240
14.2. Novo procedimento do arquivamento no âmbito da Justiça Estadual, da Justiça Federal e da Justiça Comum do Distrito Federal.	214	16.8. Investigação criminal defensiva.....	241
14.2.1. Da suspensão da eficácia sine die do novo procedimento de arquivamento introduzido pela Lei n. 13.964/19.....	215	16.9. Investigação por detetive particular (Lei n. 13.432/17)	242
14.2.2. Fim do controle judicial sobre o arquivamento do inquérito policial.....	215	17. Acordo de não-persecução penal	243
14.2.3. (In)subsistência da aplicação do art. 28 do CPP pelo juiz nas hipóteses de divergência entre o magistrado e o órgão ministerial	218	17.1. Conceito	245
14.2.4. Instância de revisão ministerial para fins de homologação de arquivamentos.....	219	17.2. Direito subjetivo do acusado ou discricionariedade do Ministério Público	247
14.2.5. Inconformismo da vítima com o arquivamento do inquérito policial e submissão da matéria à revisão da instância competente do órgão ministerial.....	220	17.3. Previsão normativa	248
14.3. Procedimento do arquivamento na Justiça Eleitoral	222	17.4. Direito intertemporal.....	250
		17.5. Requisitos para a celebração do acordo de não-persecução penal.....	251

17.6. Vedações à celebração do acordo de não perseguição penal	252	6.1. Princípio do <i>ne procedat iudex ex officio</i>	285
17.7. Condições a serem impostas ao investigado	255	6.2. Princípio do <i>ne bis in idem</i> (inadmissibilidade da perseguição penal múltipla)	285
17.8. Controle jurisdicional	256	6.3. Princípio da intranscendência	288
17.9. Descumprimento injustificado das obrigações assumidas pelo investigado	258	6.4. Princípio da obrigatoriedade da ação penal pública	288
17.10. Cumprimento integral do acordo de não perseguição penal	258	6.5. Princípio da oportunidade ou conveniência da ação penal de iniciativa privada	290
17.11. Acordo de não perseguição cível	258	6.6. Princípio da indisponibilidade da ação penal pública	291
18. Controle externo da atividade policial	260	6.7. Princípio da disponibilidade da ação penal de iniciativa privada (exclusiva ou personalíssima)	291
TÍTULO 4 • AÇÃO PENAL E AÇÃO CIVIL EX DELICTO	263	6.8. Princípio da (in) divisibilidade da ação penal pública	292
1. Direito de ação penal	263	6.9. Princípio da indivisibilidade da ação penal de iniciativa privada	292
2. Características do direito de ação penal	264	6.10. Princípio da oficialidade	293
3. Lide no processo penal	264	6.11. Princípio da autoritariedade	293
4. Condições da ação penal	264	6.12. Princípio da oficiosidade	294
4.1. Condições genéricas da ação penal	266	6.13. Quadro comparativo dos princípios da ação penal	294
4.1.1. À luz da teoria geral do processo	266	7. Ação penal pública incondicionada	295
4.1.1.1. Possibilidade jurídica do pedido	267	8. Ação penal pública condicionada	297
4.1.1.2. Legitimidade para agir	269	8.1. Representação	297
4.1.1.2.1. Legitimidade ordinária e extraordinária no processo penal	270	8.1.1. Natureza jurídica da representação	297
4.1.1.3. Interesse de agir	271	8.1.2. Desnecessidade de formalismo	298
4.1.1.3.1. Prescrição em perspectiva e ausência de interesse de agir	272	8.1.3. Destinatário da representação	298
4.1.1.4. Justa Causa	274	8.1.4. Legitimidade para o oferecimento da representação	299
4.1.1.4.1. Justa Causa duplicada	275	8.1.5. Prazo decadencial para o oferecimento da representação	300
4.1.2. À luz de uma teoria específica do processo penal	276	8.1.6. Retratação da representação	302
4.2. Condições específicas da ação penal	276	8.1.6.1. Retratação da retratação da representação	302
4.3. Condições da ação e condições de perseguibilidade (condição superveniente da ação)	278	8.1.6.2. Retratação da representação na Lei Maria da Penha	302
4.4. Condições da ação, condições objetivas de punibilidade e escusas absolutórias	278	8.1.7. Eficácia objetiva da representação	303
4.4.1. Decisão final do procedimento administrativo nos crimes materiais contra a ordem tributária	279	8.1.8. Representação no processo penal militar	304
5. Classificação das ações penais	282	8.2. Requisição do Ministro da Justiça	304
5.1. Classificação das ações penais condenatórias	283	8.2.1. Requisição no processo penal militar	305
6. Princípios da ação penal pública e da ação penal de iniciativa privada	285	9. Ação penal de iniciativa privada	305
		9.1. Ação penal exclusivamente privada	306
		9.2. Ação penal privada personalíssima	306
		9.3. Ação penal privada subsidiária da pública	307

9.4. Extinção da punibilidade e ação penal de iniciativa privada.....	310	15.2.3. Classificação do crime.....	337
9.4.1. Decadência.....	310	15.2.4. Rol de testemunhas.....	337
9.4.2. Renúncia ao direito de queixa.....	312	15.2.5. Endereçamento da peça acusatória.....	338
9.4.3. Perdão do ofendido.....	313	15.2.6. Redação em vernáculo.....	339
9.4.4. Quadro comparativo entre renúncia e perdão do ofendido.....	314	15.2.7. Razões de convicção ou presunção da delinquência.....	339
9.4.5. Perempção.....	314	15.2.8. Peça acusatória subscrita pelo Ministério Público ou pelo advogado do querelante.....	339
9.5. Ação penal privada no processo penal militar.....	316	15.2.9. Procuração da queixa-crime e recolhimento de custas.....	340
10. Ação penal popular.....	316	15.3. Prazo para o oferecimento da peça acusatória.....	341
11. Ação penal adesiva.....	317	16. Questões diversas.....	343
12. Ação de prevenção penal.....	317	16.1. Denúncia genérica e crimes societários	343
13. Ação penal secundária.....	317	16.1.1. Acusação geral e acusação genérica.....	344
14. Ação penal nas várias espécies de crimes.....	317	16.2. Cumulação de imputações.....	344
14.1. Ação penal nos crimes contra a honra.....	317	16.3. Imputação implícita.....	345
14.2. Ação penal nos crimes de trânsito de lesão corporal culposa, de embriaguez ao volante e de participação em competição não autorizada.....	319	16.4. Imputação alternativa.....	345
14.3. Ação penal nos crimes de lesão corporal leve e lesão corporal culposa com violência doméstica e familiar contra a mulher.....	320	17. Aditamento à denúncia.....	347
14.4. Ação penal nos crimes ambientais: pessoas jurídicas e dupla imputação.....	321	17.1. Espécies de aditamento.....	348
14.5. Ação penal nos crimes de estelionato: art. 171, §5º, do Código Penal, incluído pela Lei n. 13.964/19.....	322	17.1.1. Quanto ao objeto do aditamento: próprio e impróprio.....	348
14.6. Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual (Lei nº 13.718/18).....	324	17.1.2. Quanto à voluntariedade do aditamento: espontâneo e provocado.....	349
14.6.1. Redação original do art. 225 do CP (antes da Lei n. 12.015/09).....	325	17.2. Interrupção da prescrição.....	350
14.6.2. Redação do art. 225 do CP determinada pela Lei n. 12.015/09 (antes da Lei n. 13.718/18).....	327	17.3. Procedimento do aditamento.....	350
14.6.3. Redação do art. 225 do CP determinada pela Lei n. 13.718/18.....	328	17.4. Aditamento à queixa-crime.....	350
14.6.4. Quadro comparativo da ação penal nos crimes contra a dignidade sexual.....	329	18. Ação civil <i>ex delicto</i>	351
14.6.5. Direito intertemporal.....	329	18.1. Noções introdutórias.....	351
14.7. Ação penal no crime de invasão de dispositivo informático.....	331	18.2. Sistemas atinentes à relação entre a ação civil <i>ex delicto</i> e o processo penal.....	352
15. Peça acusatória.....	332	18.3. Efeitos civis da absolvição penal.....	353
15.1. Denúncia e queixa-crime.....	332	18.4. Obrigação de indenizar o dano causado pelo delito como efeito genérico da sentença condenatória.....	357
15.2. Requisitos da peça acusatória.....	332	18.4.1. Quantificação do montante a ser indenizado ao ofendido.....	359
15.2.1. Imputação criminal.....	333	18.4.2. Natureza do dano cuja indenização mínima pode ser fixada na sentença condenatória.....	361
15.2.1.1. Imputação patrimonial.....	335	TÍTULO 5 • COMPETÊNCIA CRIMINAL.....	365
15.2.2. Qualificação do acusado.....	336	CAPÍTULO I – PREMISSAS FUNDAMENTAIS E ASPECTOS INTRODUTÓRIOS.....	365
		1. Jurisdição e competência.....	365

2. Princípio do juiz natural	366	1.2.3.1. Lei n. 13.491/17 e o princípio do juiz natural	397
2.1. Lei processual que altera regras de competência.....	367	1.2.3.2. Lei n. 13.491/17 e o direito intertemporal.....	397
2.2. Convocação de Juízes de 1º grau de jurisdição para substituição de Desembargadores	368	1.2.3.3. (In) constitucionalidade da Lei n. 13.491/17.....	399
3. Espécies de competência.....	370	1.3. (In) constitucionalidade e (in) convencionalidade da competência da Justiça Militar da União para o processo e julgamento de civis pela prática de crimes militares definidos em lei (ADPF 289).....	400
4. Competência absoluta e relativa	371	1.4. (In)constitucionalidade da competência da Justiça Militar da União para o processo e julgamento de crimes cometidos por ou contra militares no exercício de atribuições subsidiárias das Forças Armadas (ADI 5.032).	404
4.1. Quanto à natureza do interesse.....	371	1.5. Dos crimes militares em tempo de paz.....	405
4.2. Quanto à arguição da incompetência	372	1.5.1. Do conceito de militar para fins de aplicação da lei penal militar.....	405
4.3. Quanto ao reconhecimento da incompetência no juízo <i>ad quem</i>	374	1.5.2. Do inciso I do art. 9º do Código Penal Militar.....	408
4.4. Quanto às consequências da incompetência absoluta e relativa.....	376	1.5.3. Do inciso II do art. 9º do Código Penal Militar.	409
4.5. Quanto à coisa julgada nos casos de incompetência absoluta e relativa	378	1.5.4. Do inciso III do art. 9º do CPM.....	419
4.6. Quadro sinóptico dos regimes jurídicos das regras de incompetência absoluta e relativa	379	1.5.5. Dos crimes dolosos contra a vida praticados por militares contra civis.....	424
5. Fixação da competência criminal	379	1.5.6. Dos crimes militares praticados em tempo de guerra.	429
6. Competência internacional.....	380	2. Competência Criminal da Justiça Eleitoral.....	430
7. Tribunal Penal Internacional.....	381	3. Competência Criminal da Justiça do Trabalho.....	432
CAPÍTULO II – COMPETÊNCIA EM RAZÃO DA MATÉRIA	384	4. Competência Criminal da Justiça Federal.....	433
1. Competência Criminal da Justiça Militar.....	384	4.1. Considerações iniciais.....	433
1.1. Distinção entre a Justiça Militar da União e a Justiça Militar dos Estados.....	384	4.2. Atribuições de polícia investigativa da Polícia Federal	434
1.1.1. Quanto à competência criminal	385	4.3. Crimes políticos e infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções penais e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral (CF, Art. 109, inciso IV).....	435
1.1.2. Quanto à competência para o processo e julgamento de ações judiciais contra atos disciplinares militares.....	385	4.3.1. Crimes políticos.....	435
1.1.3. Quanto ao acusado.....	386	4.3.2. Crimes contra a União.....	435
1.1.4. Quanto ao órgão jurisdicional de 1ª instância.	388	4.3.3. Crimes contra autarquias federais.....	436
1.1.5. Quanto ao órgão jurisdicional de 2ª instância.	390	4.3.4. Crimes contra empresas públicas federais.....	436
1.1.6. Quadro comparativo entre a Justiça Militar da União e a Justiça Militar Estadual.	390	4.3.5. Crimes contra fundações públicas federais.....	438
1.2. Crime militar.....	391	4.3.6. Crimes contra entidades de fiscalização profissional.....	438
1.2.1. Crime propriamente militar e crime impropriamente militar.....	391		
1.2.2. Crime militar de tipificação direta e crime militar de tipificação indireta.....	393		
1.2.3. Crimes militares extravagantes (crimes militares por equiparação à legislação penal comum ou crimes militares por extensão): a nova competência da Justiça Militar (Lei n. 13.491/17).....	394		

4.3.7. Crimes contra a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)	438	o sistema financeiro nacional e os delitos de lavagem de capitais	477
4.3.8. Crimes contra sociedades de economia mista, concessionárias e permissionárias de serviço público federal	439	4.7. <i>Habeas corpus</i> , em matéria criminal de sua competência ou quando o constrangimento provier de autoridade cujos atos não estejam diretamente sujeitos a outra jurisdição (CF, Art. 109, VII)	479
4.3.9. Bens, serviços ou interesse da União, das autarquias federais (fundações públicas federais) e das empresas públicas federais	440	4.8. Mandados de segurança contra ato de autoridade federal, excetuados os casos de competência dos Tribunais Federais (CF, Art. 109, VIII)	480
4.3.10. Crimes previstos no Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/03)	444	4.9. Crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar (CF, Art. 109, inciso IX)	480
4.3.11. Crimes contra a Justiça Federal, do Trabalho, Eleitoral, Militar da União e do Distrito Federal	445	4.10. Crimes de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro (CF, Art. 109, X)	482
4.3.12. Crime praticado contra funcionário público federal	446	4.11. Disputa sobre direitos indígenas (CF, Art. 109, XI)	483
4.3.13. Crime praticado por funcionário público federal	448	4.11.1. Genocídio contra índios	484
4.3.14. Tribunal do Júri Federal	449	4.12. Conexão entre crimes de competência da Justiça Federal e da Justiça Estadual	485
4.3.15. Crimes contra o meio ambiente	450	5. Competência Criminal da Justiça Estadual	486
4.3.16. Crimes contra a fé pública	453	6. Justiça Política ou Extraordinária	487
4.3.17. Juízo Federal da Execução Penal	457	CAPÍTULO III – COMPETÊNCIA POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO	490
4.3.18. Contravenções penais	460	1. Conceito	490
4.3.19. Atos infracionais	460	2. Regras básicas	490
4.3.20. Crimes previstos na Lei Antiterrorismo (Lei nº 13.260/16)	460	2.1. Investigação e indiciamento de pessoas com foro por prerrogativa de função	490
4.3.21. Crimes cometidos no estrangeiro	461	2.2. Arquivamento de inquérito nas hipóteses de atribuição originária do Procurador-Geral de Justiça ou do Procurador-Geral da República	490
4.4. Crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente (CF, Art. 109, inciso V)	462	2.3. Duplo grau de jurisdição	491
4.4.1. Tráfico internacional de drogas	463	2.4. (Des)necessidade de o crime ser cometido durante o exercício do cargo e relacionado às funções desempenhadas pelo agente e (im) possibilidade de prorrogação da competência do respectivo Tribunal quando cessado o exercício funcional	491
4.4.2. Rol exemplificativo de crimes de competência da Justiça Federal com fundamento no art. 109, inciso V, da Constituição Federal	467	2.4.1. Regra da contemporaneidade	491
4.5. Incidente de Deslocamento de Competência para a Justiça Federal (CF, Art. 109, V-A, c/c Art. 109, § 5º)	470	2.4.2. Regra da atualidade	492
4.6. Crimes contra a organização do trabalho e, nos casos determinados por lei, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira (CF, Art. 109, VI)	472	2.4.3. Regra da atualidade limitada, restrita ou mista	494
4.6.1. Crimes contra a organização do trabalho	472	2.5. Crime cometido após o exercício funcional	496
4.6.2. Crimes contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira	474	2.6. Dicotomia entre crime comum e crime de responsabilidade	497
4.6.2.1. Varas especializadas para processar e julgar os crimes contra		2.7. Local da infração	498

SUMÁRIO

2.8. Crime doloso contra a vida.....	498	2. Competência territorial pelo lugar da consumação da infração	522
2.9. Hipóteses de concurso de agentes.....	499	3. Casuística	523
2.10. Constituições Estaduais e princípio da simetria	501	3.1. Quanto às espécies de infração penal.....	523
2.11. Exceção da verdade	503	3.2. Quanto aos crimes em espécie.....	528
2.12. Atribuições dos membros do Ministério Público perante os Tribunais Superiores	505	3.2.1. Competência territorial para o processo e julgamento dos crimes de estelionato (Lei n. 14.155, de 27 de maio de 2021).	530
2.13. Procedimento originário dos Tribunais	505	4. Competência territorial pela residência ou domicílio do réu.....	533
3. Casuística	506	5. Competência territorial na Justiça Federal, na Justiça Militar (da União e dos Estados) e na Justiça Eleitoral	534
3.1. Quanto à competência dos Tribunais	506	CAPÍTULO V – COMPETÊNCIA DE JUÍZO.....	535
3.1.1. Supremo Tribunal Federal.....	506	1. Determinação do juízo competente	535
3.1.2. Superior Tribunal de Justiça	507	2. Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher	535
3.1.3. Tribunal Superior Eleitoral	508	3. Juízo colegiado em primeiro grau de jurisdição para o julgamento de crimes praticados por organizações criminosas	540
3.1.4. Superior Tribunal Militar	509	3.1. Conceito legal de organizações criminosas.....	540
3.1.5. Tribunais Regionais Federais	509	3.2. Formação do juízo colegiado em primeiro grau	543
3.1.6. Tribunais Regionais Eleitorais	509	3.3. Varas criminais colegiadas para o julgamento de crimes de pertinência a organizações criminosas armadas ou que tenham armas à disposição, do crime do art. 288-A do Código Penal, e das infrações penais conexas aos referidos delitos (Lei n. 12.694/12, art. 1º-A, incluído pela Lei n. 13.964/19).....	546
3.1.7. Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal	509	4. Competência do Juízo da Execução Penal	547
3.1.8. Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo.....	510	4.1. Execução da pena de multa.....	550
3.1.9. Senado Federal.....	510	5. Competência por distribuição.....	551
3.1.10. Tribunal Especial.....	510	6. Competência por prevenção.....	552
3.1.11. Câmara Municipal.....	511	CAPÍTULO VI – MODIFICAÇÃO DA COMPETÊNCIA	555
3.2. Quanto aos titulares de foro por prerrogativa de função.....	511	1. Conexão e continência	555
3.2.1. Presidente da República	511	1.1. Introdução	555
3.2.2. Deputados federais e Senadores	512	1.2. Conexão	556
3.2.3. Ministros de Estado	513	1.3. Continência	557
3.2.4. Membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público	513	1.4. Efeitos da conexão e da continência	558
3.2.5. Governador de Estado	513	1.5. Foro prevalente.....	560
3.2.6. Desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal e membros dos Tribunais Regionais Federais.	515	1.5.1. Competência prevalente do Tribunal do Júri.....	560
3.2.7. Membros do Ministério Público Estadual e Juízes Estaduais	515	1.5.2. Jurisdições distintas.....	560
3.2.8. Membros do Ministério Público da União	516		
3.2.9. Deputados Estaduais.....	517		
3.2.10. Prefeitos municipais.....	518		
3.2.11. Vereadores	519		
4. Quadro sinóptico de competência por prerrogativa de função.....	520		
CAPÍTULO IV – COMPETÊNCIA TERRITORIAL.....	522		
1. Introdução.....	522		

1.5.2.1. Concurso entre a jurisdição comum e a especial.....	560	1.4. Destinatários da prova	573
1.5.2.2. Concurso entre órgãos de jurisdição superior e inferior	560	1.5. Elemento de prova e resultado da prova	573
1.5.2.3. Concurso entre a Justiça Federal e a Estadual	560	1.6. Finalidade da prova	574
1.5.3. Jurisdições da mesma categoria.....	561	1.7. Sujeitos da prova	574
1.6. Separação de processos	562	1.8. Forma da prova	574
1.6.1. Separação obrigatória dos processos ..	562	1.9. Fonte de prova, meios de prova e meios de obtenção de prova.....	574
1.6.1.1. Concurso entre a jurisdição comum e a militar	562	1.9.1. Meios extraordinários de obtenção de prova (técnicas especiais de investigação).....	576
1.6.1.2. Concurso entre a jurisdição comum e a do juízo de menores.....	562	1.10. Prova direta e prova indireta.....	576
1.6.1.3. Doença mental superveniente à prática delituosa.....	562	1.11. Indício: prova indireta ou prova semi-plena.....	576
1.6.1.4. Citação por edital de um dos corréus, seguida de seu não-comparecimento e não-constituição de defensor.....	563	1.12. Suspeita	578
1.6.1.5. Antiga hipótese de ausência de intimação da pronúncia ou de não-comparecimento do acusado à sessão de julgamento do júri, em se tratando de crime inafiançável	563	1.13. Objeto da prova.....	578
1.6.1.6. Recusas peremptórias no júri ...	563	1.14. Prova direta (positiva) e contrária (negativa); a contraprova	580
1.6.1.7. Suspensão do processo em relação ao colaborador.....	563	1.15. Prova emprestada.....	580
1.6.2. Separação facultativa de processos	564	1.16. Prova nominada e prova inominada.....	583
1.6.2.1. Infrações praticadas em circunstâncias de tempo ou de lugar diferentes.....	565	1.17. Prova típica e prova atípica	583
1.6.2.2. Excessivo número de acusados e para não lhes prolongar a prisão provisória.....	565	1.18. Prova anômala e prova irritual	584
1.6.2.3. Motivo relevante pelo qual o juiz reputa conveniente a separação.....	565	1.19. Critérios de decisão (<i>standards</i> probatórios)	585
1.7. Perpetuação da competência nas hipóteses de conexão e continência.....	566	2. Ônus da prova	585
2. Prorrogação de competência	567	2.1. Conceito	585
3. Perpetuação de competência	568	2.2. Ônus da prova perfeito e menos perfeito....	586
TÍTULO 6 • PROVAS	571	2.3. Ônus da prova objetivo e subjetivo	586
CAPÍTULO I – TEORIA GERAL DAS PROVAS	571	2.4. Distribuição do ônus da prova no processo penal.....	587
1. Terminologia da prova	571	2.4.1. Ônus da prova da acusação e da defesa	587
1.1. Acepções da palavra <i>prova</i>	571	2.4.2. Ônus da prova exclusivo da acusação	589
1.2. Distinção entre prova e elementos informativos.....	572	2.5. Inversão do ônus da prova	590
1.3. Provas cautelares, não repetíveis e antecipadas	572	2.5.1. Confisco alargado e (im) possibilidade de inversão do ônus da prova.....	590
		3. Iniciativa probatória do juiz: a gestão da prova pelo magistrado	593
		4. Sistemas de avaliação da prova	593
		4.1. Sistema da íntima convicção do magistrado.....	593
		4.2. Sistema da prova tarifada.....	593
		4.3. Sistema do convencimento motivado (persuasão racional do juiz).....	595
		5. Da prova ilegal.....	596
		5.1. Limitações ao direito à prova.....	596
		5.1.1. Provas ilícitas e ilegítimas	596

SUMÁRIO

5.1.2. Tratamento da (in) admissibilidade das provas ilícitas e ilegítimas	598	CAPÍTULO II – MEIOS DE PROVA E MEIOS DE OBTENÇÃO DE PROVA EM ESPÉCIE.....	622
5.2. Prova ilícita por derivação (teoria dos frutos da árvore envenenada)	600	1. Do exame de corpo de delito, da cadeia de custódia e das perícias em geral.....	622
5.3. Limitações à prova ilícita por derivação.....	602	1.1. Cadeia de custódia.....	622
5.3.1. Da teoria da fonte independente.....	602	1.1.1. Etapas do rastreamento do vestígio na cadeia de custódia	626
5.3.2. Teoria da descoberta inevitável	603	1.1.2. Coleta dos vestígios.....	628
5.3.3. Limitação da mancha purgada (vícios sanados ou tinta diluída)	605	1.1.3. Recipientes para acondicionamento de vestígios.....	629
5.3.4. Exceção da boa-fé.....	606	1.1.4. Centrais de custódia.....	629
5.3.5. A teoria do risco	606	1.1.5. Destinação do material após a realização da perícia.....	630
5.3.6. Limitação da destruição da mentira do imputado	607	1.2. Do exame de corpo de delito e das perícias em geral	630
5.3.7. Doutrina da visão aberta.....	607	1.2.1. Do Corpo de delito	630
5.3.7.1. Teoria do encontro fortuito de provas (serendipidade) e crime achado	608	1.2.2. Exame de corpo de delito e outras perícias.....	631
5.3.8. Limitação da renúncia do interessado ...	609	1.2.3. Laudo pericial	632
5.3.9. A limitação da infração constitucional alheia	609	1.2.3.1. Momento para a juntada do laudo pericial.....	632
5.3.10. A limitação da infração constitucional por pessoas que não fazem parte do órgão policial	610	1.2.3.2. Sistemas de apreciação dos laudos periciais.....	633
5.4. Inutilização da prova ilícita	611	1.2.3.3. Laudo pericial e contraditório ..	633
5.4.1. Inutilização da prova ilícita no Tribunal do Júri.....	612	1.2.4. Obrigatoriedade do exame de corpo de delito: infrações transeuntes e não transeuntes	633
5.5. Descontaminação do julgado.....	612	1.2.5. Exame de corpo de delito direto e indireto	634
6. Princípios relativos à prova penal.....	614	1.2.5.1. Casuística.....	635
6.1. Princípio da proporcionalidade	614	1.2.6. Ausência do exame de corpo de delito	637
6.1.1. Princípio da proporcionalidade e prova ilícita <i>pro reo</i>	614	1.2.7. Peritos: oficiais e não oficiais	638
6.1.2. Princípio da proporcionalidade e prova ilícita <i>pro societate</i>	615	1.2.7.1. Número de peritos	639
6.2. Princípio da comunhão da prova	617	1.2.8. Assistente técnico.....	640
6.3. Princípio da autorresponsabilidade das partes.....	617	1.2.9. Autópsia e exumação para exame cadavérico.....	640
6.4. Princípio da oralidade.....	617	1.2.10. Laudo pericial complementar no crime de lesões corporais	641
6.4.1. Princípio da identidade física do juiz ..	617	1.2.11. Exame pericial de local de crime.....	641
6.4.1.1. Magistrados instrutores e princípio da identidade física do juiz....	619	1.2.12. Perícias de laboratório	641
6.5. Princípio da liberdade probatória	620	1.2.13. Exame pericial para avaliação do prejuízo causado pelo delito.....	641
6.5.1. Liberdade probatória quanto ao momento da prova	620	1.2.14. Exame pericial nos casos de incêndio	642
6.5.2. Liberdade probatória quanto ao tema da prova	621	1.2.15. Exame pericial para reconhecimento de escritos.....	642
6.5.3. Liberdade probatória quanto aos meios de prova	621	1.2.16. Exame pericial dos instrumentos do crime	642
6.6. Princípio do <i>favor rei</i>	622	1.2.17. Exame pericial por meio de carta precatória	642

2. Interrogatório judicial	642	5. Prova testemunhal.....	660
2.1. Conceito	642	5.1. Conceito de testemunha e sua natureza jurídica.....	660
2.2. Natureza jurídica.....	643	5.2. Características da prova testemunhal	660
2.3. Momento para a realização do interrogatório.....	643	5.3. Deveres das testemunhas.....	661
2.4. Condução coercitiva.....	645	5.3.1. Dever de depor	661
2.5. Foro competente para a realização do interrogatório	646	5.3.2. Dever de comparecimento	663
2.6. Ausência do interrogatório.....	646	5.3.3. Dever de prestar o compromisso de dizer a verdade	665
2.7. Características do interrogatório	646	5.3.4. Dever de comunicar mudança de residência	666
2.7.1. Ato personalíssimo.....	646	5.4. Espécies de testemunhas.....	666
2.7.2. Ato contraditório.....	646	5.4.1. Testemunhas vulneráveis e depoimento sem dano (depoimento especial).....	667
2.7.3. Ato assistido tecnicamente.....	647	5.5. Procedimento para a oitiva de testemunhas	668
2.7.4. Ato oral	648	5.5.1. Apresentação do rol de testemunhas....	668
2.7.5. Ato individual	648	5.5.2. Intimação das testemunhas.....	669
2.7.6. Ato bifásico.....	648	5.5.3. Substituição de testemunhas.....	669
2.7.7. Ato protegido pelo direito ao silêncio....	649	5.5.4. Desistência da oitiva de testemunhas....	669
2.7.8. Liberdade de autodeterminação.....	649	5.5.5. Incomunicabilidade das testemunhas....	670
2.7.9. Ato público	650	5.5.6. Retirada do acusado da sala de audiência	670
2.7.10. Ato realizável a qualquer momento, antes do trânsito em julgado	651	5.5.7. Assunção do compromisso de dizer a verdade	671
2.8. Local da realização do interrogatório	651	5.5.8. Qualificação da testemunha.....	671
2.9. Nomeação de curador	652	5.5.9. Contradita e arguição de parcialidade da testemunha	671
2.10. Interrogatório por videoconferência.....	652	5.5.10. Colheita do depoimento: exame direto (direct-examination) e exame cruzado (cross-examination).....	672
2.10.1. Breve histórico da Lei nº 11.900/09: a Lei paulista nº 11.819/05.....	652	5.5.11. Inversão da ordem de oitiva das testemunhas	674
2.10.2. A entrada em vigor da Lei nº 11.900/09.....	653	5.6. Direito ao confronto e produção de prova testemunhal incriminadora	674
2.10.3. Finalidades do uso da videoconferência	654	5.6.1. Testemunhas anônimas e direito ao confronto.....	676
2.10.4. Intimação das partes da realização da videoconferência.....	655	5.6.2. Testemunhas ausentes e direito ao confronto.....	678
2.10.5. Direito de presença remota do acusado aos demais atos da audiência una de instrução e julgamento.....	655	6. Reconhecimento de pessoas e coisas.....	679
2.10.6. Direito de entrevista prévia e reservada com o defensor.....	655	6.1. Conceito e natureza jurídica	679
2.10.7. Da (in) constitucionalidade do interrogatório por videoconferência.....	656	6.2. Procedimento e consequências decorrentes da atipicidade procedimental	679
3. Confissão.....	657	6.3. Reconhecimento fotográfico e fonográfico.....	680
3.1. Conceito	657	7. Acareação	681
3.2. Classificação da confissão.....	657	7.1. Conceito e natureza jurídica	681
3.3. Características da confissão	658	7.2. Procedimento probatório	682
3.4. Valor probatório da confissão	658		
3.5. Circunstância atenuante da confissão.....	658		
4. Declarações do ofendido.....	659		

SUMÁRIO

7.3. Valor probatório.....	682		
8. Prova documental	682		
8.1. Conceito e espécies.....	682		
8.2. Produção da prova documental.....	683		
8.3. Tradução de documentos em língua estrangeira	684		
8.4. Restituição de documentos	685		
9. Indícios	685		
10. Busca e apreensão	685		
10.1. Conceito e natureza jurídica	685		
10.2. Iniciativa e decretação.....	685		
10.3. Objeto.....	686		
10.4. Espécies de busca.....	687		
10.4.1. Busca domiciliar	687		
10.4.1.1. Mandado de busca e apreensão	697		
10.4.1.2. Execução da busca domiciliar	697		
10.4.1.3. Descoberta de outros elementos probatórios e teoria do encontro fortuito de provas.....	699		
10.4.2. Busca pessoal	699		
10.4.2.1. Revista íntima em presídios	700		
11. Interceptação telefônica e captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos.....	702		
11.1. Interceptação telefônica	702		
11.1.1. Sigilo da correspondência, das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas.....	702		
11.1.2. Direito intertemporal e Lei nº 9.296/96	704		
11.1.3. Conceito de interceptação	705		
11.1.4. Gravações clandestinas (telefônicas e ambientais).....	707		
11.1.5. Comunicações telefônicas de qualquer natureza	707		
11.1.5.1. Gerações de provas (trilogia Olmstead-Katz-Kyllo) e (des) necessidade de autorização judicial para a extração de dados e de conversas registradas em aparelhos celulares apreendidos.	709		
11.1.5.1.1. Direito probatório de 1ª geração: o caso Olmstead	709		
11.1.5.1.2. Direito probatório de 2ª geração: o caso Katz.....	709		
11.1.5.1.3. Direito probatório de 3ª geração: o caso Kyllo.....	710		
11.1.5.1.4. (Des) necessidade de autorização judicial prévia para a extração de dados e de conversas registradas em aparelhos celulares apreendidos	710		
11.1.6. Quebra do sigilo de dados telefônicos....	714		
11.1.7. Finalidade da interceptação telefônica: obtenção de elementos probatórios em investigação criminal ou instrução processual penal.....	715		
11.1.8. Requisitos para a interceptação telefônica	717		
11.1.8.1. Ordem fundamentada da autoridade judiciária competente (teoria do juízo aparente)	717		
11.1.8.1.1. Da fundamentação da decisão	719		
11.1.8.2. Indícios razoáveis de autoria ou participação.....	720		
11.1.8.3. Quando a prova não puder ser feita por outros meios disponíveis.....	721		
11.1.8.4. Infração penal punida com pena de reclusão (crime de catálogo) ...	721		
11.1.8.5. Delimitação da situação objeto da investigação e do sujeito passivo da interceptação	723		
11.1.9. Sigilo profissional do advogado.....	723		
11.1.10. Encontro fortuito de elementos probatórios em relação a outros fatos delituosos (serendipidade).....	724		
11.1.10.1. Encontro fortuito de diálogos mantidos com autoridade dotada de foro por prerrogativa de função e momento adequado para a remessa dos autos ao Tribunal competente.....	726		
11.1.11. Procedimento	727		
11.1.12. Decretação da interceptação telefônica de ofício pelo juiz	728		
11.1.13. Segredo de justiça.....	728		
11.1.14. Duração da interceptação.....	729		
11.1.15. Execução da interceptação telefônica	730		
11.1.16. Incidente de inutilização da gravação que não interessar à prova	733		
11.1.17. Resolução nº 59 do Conselho Nacional de Justiça	734		
11.1.18. Caso Escher e outros (Corte Interamericana de Direitos Humanos).....	734		
11.2. Captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos	735		

11.2.1. Noções introdutórias	735	13.11. Valor probatório da colaboração premiada: regra da corroboração	771
11.2.2. Captação ambiental.....	736	13.12. Observância do contraditório e da ampla defesa	772
11.2.3. (I)licitude da captação ambiental e (des)necessidade de prévia autorização judicial	737	13.12.1. A implicação do acordo na ordem de manifestação dos acusados.....	774
11.2.4. Procedimento e requisitos para a captação ambiental	741	13.13. Acordo de colaboração premiada.....	775
11.2.5. Local e forma de instalação dos meios eletrônicos de produção de provas	742	13.13.1. Proposta para formalização de acordo de colaboração premiada (<i>proffer session</i> ou <i>queen for a day</i>).....	776
11.2.5.1. (Im) possibilidade de instalação do dispositivo de captação ambiental na casa do investigado.	742	13.13.2. Conteúdo do acordo de colaboração premiada	778
11.2.6. Prazo de duração da captação ambiental	743	13.13.3. Legitimidade para a celebração do acordo de colaboração premiada.....	779
11.2.7. Gravações clandestinas (telefônicas e ambientais) e (im) possibilidade de utilização exclusivamente em favor da defesa quando demonstrada a integridade da gravação	744	13.13.4. Retratação do acordo.....	782
11.2.8. Aplicação subsidiária à captação ambiental das regras atinentes à interceptação das comunicações telefônicas	748	13.13.5. Distinção entre retratação, rescisão e anulação do acordo de colaboração premiada	782
12. Quebra do sigilo de dados bancários, financeiros e fiscais.....	748	13.13.6. Intervenção do juiz	783
13. Colaboração premiada	753	13.13.7. Momento para a celebração do acordo de colaboração premiada.....	787
13.1. Origem e conceito	753	13.13.8. Publicidade do acordo de colaboração premiada.....	789
13.2. Natureza jurídica da colaboração premiada	753	14. Ação controlada	789
13.3. Distinção entre colaboração premiada e delação premiada (chamamento de corrêu).....	754	14.1. Conceito e previsão legal.....	789
13.4. Ética e moral.....	755	14.2. (Des) necessidade de prévia autorização judicial	790
13.5. Direito ao silêncio.....	756	14.3. Flagrante prorrogado, retardado ou diferido.....	792
13.6. Previsão normativa.....	757	14.4. Entrega vigiada.....	793
13.6.1. Lei de proteção às testemunhas (Lei nº 9.807/99).....	759	15. Infiltração de agentes.....	794
13.6.2. Nova Lei das Organizações Criminosas (Lei nº 12.850/13).....	760	15.1. Conceito e previsão normativa.....	794
13.7. Voluntariedade e motivação da colaboração.....	762	15.2. Atribuição para a infiltração: agentes de polícia.....	795
13.7.1. (Im) possibilidade de celebração de acordo de colaboração premiada com investigados (ou acusados) presos.....	762	15.2.1. (Im)possibilidade de infiltração de particulares	796
13.8. Eficácia objetiva da colaboração premiada	763	15.3. Requisitos para a infiltração.....	796
13.9. Prêmios legais.....	764	15.4. Duração da infiltração	798
13.9.1. (Im) possibilidade de sanções premiais extralegais	769	15.5. Agente infiltrado, agente provocador (entrapment doctrine ou teoria da armadilha) e agente de inteligência.....	798
13.10. Sobrestamento do prazo para oferecimento da denúncia ou suspensão do processo, com a consequente suspensão da prescrição	770	15.6. Sustação da operação	800
		15.7. Responsabilidade criminal do agente infiltrado	800
		15.8. Infiltração virtual.....	801
		16. Agente policial disfarçado.....	802

SUMÁRIO

TÍTULO 7 • MEDIDAS CAUTELARES DE NATUREZA PESSOAL.....	805		
CAPÍTULO I – DAS PREMISSAS FUNDAMENTAIS E ASPECTOS INTRODUTÓRIOS.....			
1. A tutela cautelar no processo penal.....	805	3.1. Prisão civil.....	834
1.1. Lei nº 12.403/11 e o fim da bipolaridade das medidas cautelares de natureza pessoal previstas no Código de Processo Penal.....	806	3.1.1. Prisão civil do devedor de alimentos e do depositário infiel.....	834
2. Princípios aplicáveis às medidas cautelares de natureza pessoal.....	808	3.1.2. Prisão do falido.....	835
2.1. Da Presunção de inocência (ou da não culpabilidade).....	808	3.2. Prisão administrativa.....	836
2.2. Da jurisdicionalidade (princípio tácito ou implícito da individualização da prisão e não somente da pena).....	808	3.2.1. Prisão do estrangeiro para fins de extradição, expulsão e deportação.....	837
2.2.1. Da vedação da prisão cautelar ex lege....	811	3.3. Prisão militar.....	839
2.3. Da proporcionalidade.....	811	3.3.1. Da prisão militar em virtude de transgressão disciplinar.....	839
3. Pressupostos das medidas cautelares: <i>fumus comissi delicti e periculum libertatis</i>	814	3.3.2. Da prisão militar em virtude de crime propriamente militar.....	840
4. Características das medidas cautelares.....	818	4. Prisão penal (<i>carcer ad poenam</i>).....	842
5. Procedimento para a aplicação das medidas cautelares de natureza pessoal.....	818	5. Prisão Cautelar (<i>carcer ad custodiam</i>).....	842
5.1. Aplicação isolada ou cumulativa das medidas cautelares.....	818	6. Momento da prisão.....	844
5.2. Vedação à decretação de medidas cautelares pelo juiz de ofício na fase investigatória e na fase processual.....	819	6.1. Inviolabilidade do domicílio.....	844
5.3. Legitimidade para o requerimento de decretação de medida cautelar.....	822	6.2. Conceito de dia.....	844
5.4. Contraditório prévio à decretação das medidas cautelares.....	824	6.3. Cláusula de reserva de jurisdição.....	844
5.5. Descumprimento injustificado das obrigações inerentes às medidas cautelares.....	825	6.4. Momento da prisão e Código Eleitoral.....	845
5.6. Revogabilidade e/ou substitutividade das medidas cautelares.....	828	7. Imunidades prisionais.....	845
5.7. Recursos cabíveis.....	830	7.1. Presidente da República e Governadores de Estado.....	845
5.7.1. Em favor da acusação.....	830	7.2. Imunidade diplomática.....	846
5.7.2. Em favor do acusado.....	830	7.3. Senadores, deputados federais, estaduais ou distritais.....	847
5.8. Duração e extinção das medidas cautelares de natureza pessoal.....	831	7.3.1. (Im) possibilidade de prisão em flagrante de parlamentares federais, estaduais ou distritais.....	848
5.9. Detração.....	831	7.3.2. (Im) possibilidade de decretação da prisão preventiva (ou temporária) de parlamentares federais, estaduais ou distritais.....	850
CAPÍTULO II – PRISÃO.....	833	7.4. Magistrados e membros do Ministério Público.....	851
1. Conceito de prisão e seu fundamento constitucional.....	833	7.5. Advogados.....	852
2. Espécies de prisão.....	833	7.6. Menores de 18 anos.....	852
3. Prisão Extrapenal.....	834	8. Prisão e emprego de força.....	852
		8.1. Instrumentos de menor potencial ofensivo (ou não letais).....	853
		9. Mandado de prisão.....	853
		9.1. Cumprimento do mandado de prisão.....	855
		9.2. Difusão vermelha (red notice).....	860
		9.2.1. Difusão vermelha a ser executada no exterior.....	860
		9.2.2. Difusão vermelha a ser cumprida no Brasil.....	860
		10. Prisão Especial e separação de presos provisórios.....	861

10.1. Prisão de Índios	864
11. Sala de Estado-Maior.....	864

CAPÍTULO III – DOS DIREITOS E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS E CONVENCIONAIS ATINENTES À TUTELA DA LIBERDADE DE LOCOMOÇÃO

1. Da observância dos direitos fundamentais no Estado de Direito.....	866
2. Do respeito à integridade física e moral do preso	866
2.1. Respeito à integridade moral do preso e sua indevida exposição à mídia	868
2.2. Respeito à integridade física e moral do preso e uso de algemas	870
2.2.1. Vedação ao uso de algemas em mulheres grávidas durante o parto e em mulheres durante a fase de puerpério imediato	871
2.3. Caso Damião Ximenes Lopes	871
3. Da comunicação imediata da prisão ao juiz competente e ao Ministério Público	872
4. Da comunicação imediata da prisão à família do preso ou à pessoa por ele indicada.....	873
5. Do direito ao silêncio (<i>nemo tenetur se detegere</i>).....	874
6. Da assistência de advogado ao preso	874
7. Do direito do preso à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.....	876
8. Do relaxamento da prisão ilegal	877
9. Audiência de custódia (ou de apresentação).....	879
9.1. Conceito	879
9.2. Previsão normativa	880
9.3. Presidência da audiência de custódia	881
9.4. Prazo	882
9.5. Procedimento adequado	883
9.6. (Im) possibilidade de utilização da videoconferência	884
9.7. (Im) possibilidade de conversão da prisão em flagrante em preventiva (ou temporária) de ofício pelo juiz	886
9.8. (Im) possibilidade de conversão da audiência de custódia em audiência una de instrução e julgamento	888
9.9. Liberdade provisória sem fiança nas hipóteses de descriminantes	889
9.10. Liberdade provisória proibida (CPP, art. 310, §2º, incluído pela Lei n. 13.964/19).....	889
9.11. Consequências decorrentes da não realização da audiência de custódia.....	889

9.12. Tipificação do crime de abuso de autoridade (Lei n. 13.869/19).....	891
---	-----

CAPÍTULO IV – DA PRISÃO EM FLAGRANTE

1. Conceito de prisão em flagrante	892
2. Funções da prisão em flagrante	892
3. Fases da prisão em flagrante.....	893
4. Natureza jurídica da prisão em flagrante delito.....	894
5. Sujeito ativo da prisão em flagrante	895
5.1. Flagrante facultativo.....	895
5.2. Flagrante obrigatório, compulsório ou coercitivo	895
6. Sujeito passivo do flagrante	896
7. Espécies de flagrante.....	896
7.1. Flagrante próprio, perfeito, real ou verdadeiro	896
7.2. Flagrante impróprio, imperfeito, irreal ou quase-flagrante	897
7.3. Flagrante presumido, ficto ou assimilado ...	898
7.4. Flagrante preparado, provocado, crime de ensaio, delito de experiência ou delito putativo por obra do agente provocador	898
7.5. Flagrante esperado.....	899
7.5.1. Venda simulada de droga ou outros objetos ilícitos (v.g., armas de fogo).....	900
7.6. Flagrante prorrogado, protelado, retardado ou diferido: ação controlada e entrega vigiada.....	901
7.7. Flagrante forjado, fabricado, maquinado ou urdido	901
8. Prisão em flagrante nas várias espécies de crimes	901
8.1. Prisão em flagrante em crime permanente.	901
8.2. Prisão em flagrante em crime habitual.....	902
8.3. Prisão em flagrante em crime de ação penal privada e em crime de ação penal pública condicionada.....	903
8.4. Prisão em flagrante em crimes formais	903
8.5. Prisão em flagrante em crime continuado (flagrante fracionado).....	904
9. Flagrante e apresentação espontânea do agente ..	904
10. Lavratura do auto de prisão em flagrante delito.....	904
10.1. Autoridade com atribuições para a lavratura do auto de prisão em flagrante	905
10.2. Condutor e testemunhas.....	906
10.3. Interrogatório do preso.....	907

SUMÁRIO

10.4. Fracionamento do auto de prisão em flagrante delito.....	908	5.2.3.1. Prisão de estrangeiros e garantia de aplicação da lei penal	927
10.5. Prazo para a lavratura do auto de prisão em flagrante delito	908	5.2.4. Conveniência da instrução criminal...	928
10.6. Relaxamento da prisão em flagrante pela autoridade policial (auto de prisão em flagrante negativo).....	908	5.2.5. Descumprimento de qualquer das obrigações impostas por força de outras medidas cautelares	929
10.7. Recolhimento à prisão	909	6. Hipóteses de admissibilidade da prisão preventiva	930
10.8. Remessa do auto à autoridade competente.....	909	6.1. Crimes dolosos punidos com pena máxima superior a 4 (quatro) anos	930
10.9. Remessa do auto de prisão em flagrante delito à autoridade judiciária.....	910	6.2. Investigado ou acusado condenado por outro crime doloso em sentença transitada em julgado, ressalvado o disposto no art. 64, inciso I, do Código Penal.....	931
10.10. Remessa do auto de prisão em flagrante à Defensoria Pública, se o autuado não informar o nome de seu advogado.....	910	6.3. Quando o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência	931
10.11. Nota de culpa	910	6.4. Dúvida sobre a identidade civil da pessoa ou não fornecimento de elementos suficientes para seu esclarecimento	933
11. Convalidação judicial da prisão em flagrante....	910	7. Prisão preventiva e excludentes de ilicitude e de culpabilidade.....	935
11.1. Relaxamento da prisão em flagrante ilegal	911	8. Duração da prisão preventiva e excesso de prazo na formação da culpa	935
11.2. Conversão da prisão em flagrante em preventiva (ou temporária).....	912	8.1. Noções introdutórias.....	935
11.3. Concessão de liberdade provisória, com ou sem fiança, cumulada (ou não) com as medidas cautelares diversas da prisão	914	8.2. Leis 11.689/08 e 11.719/08 e novo prazo para a conclusão do processo quando o acusado estiver preso	937
CAPÍTULO V – DA PRISÃO PREVENTIVA.....	915	8.3. Natureza do prazo para o encerramento do processo e princípio da proporcionalidade	939
1. Conceito de prisão preventiva.....	915	8.4. Hipóteses que autorizam o reconhecimento do excesso de prazo.....	940
2. Decretação da prisão preventiva durante a fase preliminar de investigações.....	916	8.5. Excesso de prazo provocado pela defesa	941
3. Decretação da prisão preventiva durante o curso do processo criminal.....	917	8.6. Excesso de prazo após a pronúncia ou o encerramento da instrução criminal: mitigação das súmulas 21 e 52 do STJ	942
3.1. Concessão antecipada de benefícios prisionais ao preso cautelar.....	918	8.7. Excesso de prazo e aceleração do julgamento	943
4. Iniciativa para a decretação da prisão preventiva	919	8.8. Relaxamento da prisão por excesso de prazo e decretação de nova prisão.....	943
4.1. (Im)possibilidade de decretação da prisão preventiva pelo juiz de ofício na fase investigatória e no curso do processo penal.....	919	8.9. Excesso de prazo e efeito extensivo.....	943
4.2. Legitimidade para o requerimento de decretação da prisão preventiva	919	8.10. Relaxamento da prisão preventiva e liberdade plena.....	943
5. Pressupostos.....	919	8.11. Relaxamento da prisão e natureza da infração penal.....	944
5.1. <i>Fumus comissi delicti</i>	920	8.12. Excesso de prazo e investigado ou acusado solto.....	944
5.2. Perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado: princípio da atualidade (ou contemporaneidade) do <i>periculum libertatis</i>	920		
5.2.1. Garantia da ordem pública	922		
5.2.2. Garantia da ordem econômica	925		
5.2.3. Garantia de aplicação da lei penal	926		

9. Fundamentação da decisão que decreta a prisão preventiva.....	945	1.4. Utilização da prisão domiciliar como medida cautelar diversa da prisão preventiva.....	979
9.1. Rol exemplificativo de decisões não-fundamentadas (CPP, art. 315, §2º, incluído pela Lei n. 13.964/19).....	947	1.5. Detração.....	980
9.2. Fundamentação per relationem (ou aliunde).....	950	CAPÍTULO IX – MEDIDAS CAUTELARES DE NATUREZA PESSOAL DIVERSAS DA PRISÃO.....	980
10. Revogação da prisão preventiva.....	950	1. Da ampliação do rol de medidas cautelares de natureza pessoal previstas no Código de Processo Penal.....	980
11. Obrigatoriedade de revisão periódica da necessidade da manutenção da prisão preventiva a cada 90 (noventa) dias.	951	2. Comparecimento periódico em juízo.....	981
11.1. Juízo obrigado a revisar a necessidade de manutenção da prisão preventiva a cada 90 (noventa) dias.....	952	3. Proibição de acesso ou frequência a determinados lugares.....	982
11.2. Consequências decorrentes da inobservância do prazo nonagesimal.....	953	4. Proibição de manter contato com pessoa determinada.....	983
12. Apresentação espontânea do acusado.....	954	5. Proibição de ausentar-se da Comarca ou do País....	984
13. Prisão preventiva no Código de Processo Penal Militar.....	954	6. Recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga quando o investigado ou acusado tenha residência e trabalho fixos.....	985
CAPÍTULO VI – DA PRISÃO TEMPORÁRIA.....	956	7. Suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira.....	986
1. Origem.....	956	8. Internação provisória.....	990
2. Conceito de prisão temporária.....	957	9. Fiança.....	992
3. Requisitos.....	957	10. Monitoração eletrônica.....	993
3.1. Da imprescindibilidade da prisão temporária para as investigações.....	958	11. Condução coercitiva.....	996
3.2. Ausência de residência fixa e não fornecimento de elementos necessários ao esclarecimento da identidade do indiciado.....	959	12. Medidas cautelares de natureza pessoal diversas da prisão previstas na legislação especial.....	998
3.3. Fundadas razões de autoria ou participação do indiciado nos crimes listados no inciso III do art. 1º da Lei nº 7.960/89 e no art. 2º, § 4º, da Lei nº 8.072/90.....	960	13. Poder geral de cautela no processo penal.....	1000
4. procedimento.....	964	CAPÍTULO X – DA LIBERDADE PROVISÓRIA.....	1003
5. Prazo.....	965	1. Conceito.....	1003
6. Direitos e garantias do preso temporário.....	966	2. Distinção entre relaxamento da prisão, liberdade provisória e revogação da prisão cautelar.....	1006
CAPÍTULO VII – DAS PRISÕES DECORRENTES DE PRONÚNCIA E DE SENTENÇA CONDENATÓRIA RECORRÍVEL.....	967	2.1. Quadro comparativo entre relaxamento da prisão, revogação da prisão cautelar e liberdade provisória.....	1006
1. Análise histórica das prisões decorrentes de pronúncia e de sentença condenatória recorrível....	967	3. Espécies de liberdade provisória.....	1007
CAPÍTULO VIII – DA PRISÃO DOMICILIAR.....	971	4. Liberdade provisória sem fiança.....	1007
1. Da prisão domiciliar.....	971	4.1. Revogada liberdade provisória sem fiança nas hipóteses em que o conduzido livrava-se solto.....	1007
1.1. Hipóteses de admissibilidade e ônus da prova.....	973	4.2. Liberdade provisória sem fiança nas hipóteses de discriminantes.....	1008
1.2. Fiscalização da prisão domiciliar.....	978	4.3. Revogada liberdade provisória sem fiança pela inexistência de hipótese que autorizasse a prisão preventiva (antiga redação do art. 310, parágrafo único).....	1009
1.3. Saídas controladas.....	979	4.4. Liberdade provisória sem fiança por motivo de pobreza.....	1011

SUMÁRIO

5. Liberdade provisória com fiança	1011	2.4. Classificação das questões prejudiciais.....	1038
5.1. Conceito e natureza jurídica da fiança	1011	2.4.1. Quanto à natureza	1038
5.2. Momento para a concessão da fiança	1012	2.4.2. Quanto à competência.....	1039
5.3. Concessão de fiança pela autoridade po- licial.....	1013	2.4.3. Quanto aos efeitos	1040
5.4. Valor da fiança	1014	2.4.4. Quanto ao grau de influência da questão prejudicial sobre a prejudicada.....	1040
5.5. Infrações inafiançáveis	1014	2.5. Sistemas de Solução.....	1040
5.6. Obrigações processuais	1015	2.6. Questões prejudiciais devolutivas absolu- tas (heterogêneas relativas ao estado civil das pessoas).....	1041
5.7. Incidentes relativos à fiança	1016	2.6.1. Pressupostos	1041
5.7.1. Quebramento da fiança	1016	2.6.2. Consequências	1042
5.7.2. Fiança definitiva	1017	2.7. Questões prejudiciais devolutivas relativas (heterogêneas não relativas ao estado civil das pessoas).....	1043
5.7.3. Perda da fiança.....	1017	2.7.1 Pressupostos.....	1043
5.7.4. Cassação da fiança.....	1017	2.7.2. Consequências	1044
5.7.5. Reforço da fiança.....	1018	2.8. Recursos cabíveis	1045
5.7.6. Fiança sem efeito (inidoneidade da fiança).....	1018	2.9. Decisão cível acerca da questão prejudi- cial heterogênea e sua influência no âmbito criminal	1045
5.7.7. Dispensa da fiança.....	1018	2.10. Princípio da suficiência da ação penal	1046
5.7.8. Conversão da liberdade provisória com fiança em liberdade provisória sem fiança.....	1018	3. Exceções	1046
5.7.9. Destinação da fiança	1019	3.1. Conceito	1046
5.7.10. Execução da fiança.....	1019	3.2. Exceções ou objeções	1046
6. Liberdade provisória obrigatória	1020	3.3. Classificação das exceções	1047
7. Liberdade provisória proibida.....	1020	3.3.1. Quanto à natureza	1047
7.1. Liberdade provisória proibida para agen- tes reincidentes, integrantes de organizações criminosas armadas ou milícias, ou que por- tem arma de fogo de uso restrito (CPP, art. 310, §2º, incluído pela Lei n. 13.964/19).....	1027	3.3.2. Quanto aos efeitos	1047
8. Liberdade provisória com vinculação	1029	3.3.3. Quanto à forma de processamento	1047
9. Liberdade provisória sem vinculação.....	1030	3.4. Natureza Jurídica	1048
10. Liberdade provisória e definição jurídica do fato delituoso pela autoridade policial ou pelo Ministério Público.....	1030	3.5. Exceção de suspeição, de impedimento ou de incompatibilidade	1048
11. Liberdade provisória e recursos.....	1031	3.5.1. Procedimento da exceção de suspei- ção (impedimento e incompatibilidade)	1048
12. Liberdade provisória no Código de Processo Penal Militar.....	1031	3.5.1.1. Reconhecimento de ofício da sus- peição.....	1048
13. Menagem.....	1033	3.5.1.2. Oposição da exceção de suspeição... ..	1049
TÍTULO 8 • QUESTÕES E PROCESSOS		3.5.1.3. Apreciação da exceção de suspei- ção pelo juiz excepto	1051
INCIDENTES.....	1035	3.5.1.4. Julgamento da exceção de suspei- ção pelo Tribunal competente.....	1051
1. Noções gerais	1035	3.5.1.5. Recursos cabíveis.....	1052
2. Questões prejudiciais.....	1035	3.5.2. Suspeição nos Tribunais de 2ª ins- tância e nos Tribunais Superiores.....	1052
2.1 Conceito e natureza jurídica	1036	3.5.3. Suspeição do órgão do Ministério Público.....	1052
2.2. Características	1036		
2.3. Distinção entre questões prejudiciais e questões preliminares	1037		

3.5.4. Suspeição de serventuários, de funcionários da justiça, peritos e intérpretes	1053	7.1.2. Pressupostos	1078
3.5.5. Suspeição dos jurados	1054	7.1.3. Contraditório prévio	1078
3.5.6. Suspeição da autoridade policial	1054	7.2. Sequestro	1079
3.6. Exceção de incompetência	1054	7.2.1. Procedimento	1082
3.6.1. Do procedimento da exceção de incompetência	1054	7.2.2. Defesa	1083
3.6.2. Arguição da incompetência antes do início do processo	1055	7.2.3. Levantamento do sequestro	1087
3.6.3. Recursos cabíveis	1056	7.2.4. Destinação final do sequestro	1088
3.7. Exceção de ilegitimidade	1056	7.2.4.1. Destinação de obras de arte ou de outros bens de relevante valor cultural a museus públicos	1089
3.7.1. Ilegitimidade <i>ad causam</i> e <i>ad processum</i>	1056	7.2.5. Sequestro de bens de pessoas indicadas por crimes de que resultar prejuízo para a Fazenda Pública	1090
3.7.2. Procedimento da exceção de ilegitimidade de parte	1056	7.3. Especialização e registro da hipoteca legal	1091
3.7.3. Recursos cabíveis	1057	7.3.1. Momento	1093
3.8. Exceção de litispendência	1057	7.3.2. Pressupostos	1093
3.8.1. Procedimento da exceção de litispendência	1057	7.3.3. Legitimidade	1094
3.8.2. Recursos cabíveis	1058	7.3.4. Procedimento	1095
3.9. Exceção de coisa julgada	1058	7.3.5. Defesa	1096
3.9.1. Conceito de coisa julgada	1058	7.3.6. Finalização	1097
3.9.2. Coisa julgada formal e material	1058	7.4. Arresto prévio (ou preventivo)	1098
3.9.3. Coisa julgada e coisa soberanamente julgada	1059	7.5. Arresto subsidiário de bens móveis	1099
3.9.4. Limites da coisa julgada	1059	7.5.1. Inscrição de hipoteca legal e arresto nos crimes de lavagem de capitais	1101
3.9.4.1. Limites objetivos	1059	7.6. Utilização de bens sequestrados, apreendidos ou sujeitos a qualquer medida assecuratória pelos órgãos de segurança pública	1102
3.9.4.2. Limites subjetivos	1061	7.6.1. Conceito e finalidades	1102
3.9.5. Duplicidade de sentenças condenatórias com trânsito em julgado	1061	7.6.2. Momento adequado	1103
3.9.6. Procedimento da exceção de coisa julgada	1062	7.6.3. Requisitos	1103
4. Conflito de competência	1062	7.6.4. Objeto da medida	1104
5. Conflito de atribuições no âmbito do Ministério Público	1067	7.6.5. Beneficiários da medida	1104
6. Restituição de coisas apreendidas	1070	7.7. Alienação antecipada	1105
6.1. Apreensão	1070	7.7.1. Momento	1105
6.2. Vedações e restrições à restituição de coisas apreendidas	1072	7.7.2. Pressupostos	1106
6.2.1. Destinação das coisas apreendidas não restituídas	1073	7.7.3. Legitimidade	1106
6.3. Procedimento da restituição de coisas apreendidas	1074	7.7.4. Procedimento	1107
6.3.1. Recursos cabíveis	1076	7.8. Ação civil de confisco	1108
7. Medidas assecuratórias	1077	8. Incidente de falsidade	1109
7.1. Noções introdutórias	1077	8.1. Noções gerais	1109
7.1.1. Jurisdicionalidade	1077	8.2. Procedimento do incidente de falsidade	1110
		8.3. Recurso adequado	1113
		8.4. Suspensão do processo principal	1113
		8.5. Coisa julgada	1113
		9. Incidente de insanidade mental	1114
		9.1. Instauração do incidente	1114

9.2. Procedimento	1116	6.1.6. Imunidade diplomática.....	1160
9.3. Conclusão do incidente de insanidade mental	1118	6.2. Autodefesa e presença do acusado	1161
9.3.1. Durante o processo judicial	1118	6.3. Contumácia do acusado	1161
9.3.2. Durante o curso do inquérito policial.....	1122	6.4. Direitos do acusado	1161
9.3.3. Durante a execução penal	1123	7. Defensor.....	1162
TÍTULO 9 • SUJEITOS DO PROCESSO	1125	7.1. Espécies de defensor.....	1163
1. Noções gerais	1125	7.1.1. Defensoria Pública	1165
2. Juiz.....	1125	7.2. Defesa técnica plena e efetiva.....	1168
2.1. Capacidade para ser juiz.....	1126	7.3. Abandono do processo pelo defensor.....	1168
2.2. Escolha dos juízes	1126	7.4. Impedimento do defensor	1169
2.3. Funções do juiz no processo penal	1127	8. Assistente da defesa	1169
2.3.1. Funções de ordem jurisdicional	1128	TÍTULO 10 • COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS	1171
2.3.2. Funções de ordem administrativa.....	1129	1. Noções gerais.....	1171
2.4. Garantias e vedações dos juízes	1129	2. Citação	1171
2.5. Imparcialidade do juiz	1130	2.1. Efeitos da citação válida.....	1172
2.5.1. Impedimento.....	1130	2.2. Espécies de citação.....	1173
2.5.2. Suspeição	1133	3. Citação pessoal	1174
2.5.3. Incompatibilidade.....	1135	3.1. Citação por mandado.....	1174
3. Partes.....	1136	3.2. Citação por carta precatória.....	1175
4. Ministério Público	1136	3.3. Citação do militar	1176
4.1. (Im)parcialidade do Ministério Público.....	1137	3.4. Citação de funcionário público	1176
4.2. Organização do Ministério Público	1139	3.5. Citação de acusado preso	1177
4.3. Princípios institucionais do Ministério Público.....	1143	3.6. Citação de acusado no estrangeiro.....	1178
4.3.1. Princípio do Promotor Natural	1144	3.7. Citação em legações estrangeiras	1179
4.4. Garantias e vedações	1147	3.8. Citação mediante carta de ordem.....	1179
4.5. Impedimento e suspeição do órgão do Ministério Público	1149	4. Citação por edital.....	1179
4.6. Promotor <i>ad hoc</i>	1150	4.1. Hipóteses que autorizam a citação por edital.....	1179
5. Ofendido.....	1150	4.2. Suspensão do processo e da prescrição (art. 366 do CPP)	1182
5.1. Ofendido como querelante.....	1150	4.2.1. Art. 366 do CPP e sua aplicação na Justiça Militar	1182
5.2. Ofendido como assistente da acusação	1151	4.2.2. Limitação temporal do prazo de suspensão da prescrição	1183
5.2.1. Natureza do interesse do assistente da acusação	1153	4.2.3. Produção antecipada de provas urgentes	1184
5.2.2. Habilitação do ofendido como assistente da acusação	1154	4.2.4. Prisão preventiva	1185
5.2.3. Atribuições do assistente	1156	4.2.5. Comparecimento do acusado	1186
6. Acusado	1158	4.2.6. Aplicação do art. 366 do CPP na Lei de Lavagem de Capitais.....	1186
6.1. Capacidade do acusado.....	1158	5. Citação por hora certa.....	1187
6.1.1. Menores de 18 (dezoito) anos.....	1158	6. Intimação, notificação e contagem de prazos.	1189
6.1.2. Acusado imputável	1159	6.1. Início do prazo e início da contagem do prazo	1189
6.1.3. Pessoa jurídica	1159		
6.1.4. Animais, mortos e seres inanimados	1159		
6.1.5. Acusado certo e individualizado	1159		

6.2. Intimação e notificação do Ministério Público.....	1191	3.1.4. Falta de justa causa (suporte probatório mínimo) para o exercício da ação penal.....	1207
6.3. Intimação e notificação dos Defensores Públicos.....	1192	3.2. Rejeição parcial da peça acusatória.....	1207
6.4. Prazo em dobro.....	1192	3.3. Recurso cabível contra a rejeição da peça acusatória.....	1208
6.5. Intimação e notificação do defensor dativo, do defensor constituído e dos advogados do querelante e do assistente.....	1193	4. Recebimento da peça acusatória.....	1209
6.6. Intimação e notificação do ofendido.....	1194	4.1. (Des) necessidade de fundamentação do recebimento da peça acusatória.....	1209
6.7. Intimação e notificação por hora certa.....	1194	4.2. Consequências do recebimento da peça acusatória.....	1210
6.8. Intimação e notificação por meios eletrônicos.....	1194	4.3. Recurso cabível contra o recebimento da peça acusatória.....	1211
6.9. (Des) necessidade de observância de prazo mínimo entre a publicação da pauta e o julgamento dos recursos e das ações autônomas de impugnação.....	1195	5. Citação do acusado.....	1213
6.10. Férias forenses.....	1196	6. Reação defensiva à peça acusatória.....	1213
TÍTULO 11 • PROCESSO E PROCEDIMENTO.....	1197	6.1. Extinta defesa prévia.....	1213
CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO.....	1197	6.2. Defesa preliminar.....	1213
1. Noções gerais.....	1197	6.2.1. Procedimentos em que há previsão legal de defesa preliminar.....	1214
1.1. Procedimento e devido processo penal.....	1198	6.2.2. Consequências decorrentes da inobservância da defesa preliminar.....	1216
1.2. Violação às regras procedimentais.....	1198	6.2.3. Defesa preliminar e (des) necessidade de apresentação concomitante de resposta à acusação.....	1217
2. Classificação do procedimento.....	1199	6.3. Resposta à acusação.....	1218
2.1. Classificação do procedimento comum.....	1199	6.4. Quadro comparativo entre a extinta defesa prévia, a defesa preliminar e a resposta à acusação.....	1220
2.1.1. Concursos de crimes, qualificadoras, privilégios, causas de aumento e de diminuição de pena, agravantes e atenuantes.....	1201	7. Revelia.....	1221
3. Procedimento adequado no caso de conexão e/ou continência envolvendo infrações penais sujeitas a ritos distintos.....	1202	8. Possível oitiva da acusação.....	1223
4. Antigo procedimento comum ordinário dos crimes punidos com reclusão.....	1203	9. Absolvição sumária.....	1224
CAPÍTULO II – PROCEDIMENTO COMUM ORDINÁRIO.....	1203	9.1. Julgamento antecipado da lide no processo penal.....	1224
1. Oferecimento da peça acusatória.....	1203	9.2. Causas de absolvição sumária no procedimento comum.....	1225
2. Juízo de admissibilidade: rejeição ou recebimento da peça acusatória.....	1204	9.3. Inimputável do art. 26, <i>caput</i> , do CP.....	1225
2.1. Momento do juízo de admissibilidade da peça acusatória.....	1204	9.4. Grau de convencimento necessário para a absolvição sumária.....	1225
3. Rejeição da peça acusatória.....	1205	9.5. Distinção entre a absolvição sumária do procedimento comum e a da 1ª fase do procedimento do júri.....	1226
3.1. Causas de rejeição.....	1205	9.6. Coisa julgada.....	1226
3.1.1. Inépcia da peça acusatória.....	1205	9.7. Recurso adequado.....	1226
3.1.2. Falta de pressuposto processual.....	1206	10. Aceitação da proposta de suspensão condicional do processo.....	1227
3.1.3. Falta de condições para o exercício da ação penal.....	1207	11. Designação da audiência.....	1228
		12. Audiência una de instrução e julgamento.....	1229
		12.1. Da instrução probatória em audiência.....	1229

SUMÁRIO

12.2. Indeferimento de provas ilícitas, irrelevantes, impertinentes ou protelatórias	1229
12.3. Diligências	1231
12.4. <i>Mutatio libelli</i> : eventual necessidade de aditamento	1232
12.5. Alegações orais	1232
12.5.1. Conteúdo das alegações orais	1233
12.5.2. Ordem de apresentação das alegações orais (memoriais)	1234
12.5.3. Substituição das alegações orais por memoriais	1235
12.5.4. Não apresentação de alegações orais ou memoriais pelas partes	1235
12.6. Sentença	1237
12.7. Registro da audiência	1237
CAPÍTULO III – PROCEDIMENTO COMUM	
SUMÁRIO	1237
1. Noções gerais	1237
2. Distinção entre o procedimento comum ordinário e o procedimento comum sumário	1238
CAPÍTULO IV – PROCEDIMENTO ESPECIAL DO TRIBUNAL DO JÚRI	
1. Princípios constitucionais do júri	1238
1.1. Plenitude de defesa	1239
1.1.1. (In) constitucionalidade da tese de legítima defesa da honra (STF, ADPF 779)	1240
1.2. Sigilo das votações	1241
1.2.1. Sala especial	1241
1.2.2. Incomunicabilidade dos jurados	1242
1.2.3. Votação unânime	1242
1.3. Soberania dos veredictos	1243
1.3.1. Cabimento de apelação contra decisões do Júri	1243
1.3.2. Cabimento de revisão criminal contra decisões do Júri	1244
1.4. Competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida	1245
2. Procedimento bifásico do Tribunal do Júri	1246
3. <i>Iudicium accusationis</i> (ou sumário da culpa)	1246
3.1. Alegações orais	1249
4. Impronúncia	1250
4.1. Natureza jurídica e coisa julgada	1250
4.2. Provas novas e oferecimento de outra peça acusatória	1251
4.3. Infração conexa	1251
4.4. Despronúncia	1251
4.5. Recurso cabível	1252
5. Desclassificação do delito	1253
5.1. Nova capitulação legal	1254
5.2. Procedimento a ser observado pelo juízo singular competente	1254
5.3. Infração conexa	1255
5.4. Situação do acusado preso	1255
5.5. Recurso cabível	1255
5.6. Conflito de competência	1256
6. Absolvição sumária	1257
6.1. Inimputável do art. 26, <i>caput</i> , do CP	1258
6.2. Juízo de certeza	1259
6.3. Infração conexa	1259
6.4. Natureza jurídica e coisa julgada	1260
6.5. Recurso cabível	1260
6.5.1. Recurso de ofício	1261
7. Pronúncia	1261
7.1. Pressupostos	1261
7.2. Natureza jurídica	1262
7.3. Regra probatória: <i>in dubio pro societate</i> (ou <i>in dubio pro reo</i>)	1263
7.4. Fundamentação e eloquência acusatória	1264
7.5. <i>Emendatio</i> e <i>mutatio libelli</i>	1265
7.6. Conteúdo da pronúncia	1266
7.7. Infrações conexas	1267
7.8. Constatação do envolvimento de outras pessoas como coautores ou partícipes	1268
7.9. Efeitos da pronúncia	1268
7.9.1. Decretação da prisão preventiva ou imposição de medidas cautelares diversas da prisão	1269
7.10. Intimação da pronúncia	1270
7.11. Recurso cabível	1271
8. Desaforamento	1271
8.1. Legitimidade para o requerimento de desaforamento	1272
8.2. Momento para o desaforamento	1272
8.3. Hipóteses que autorizam o desaforamento	1272
8.4. Aceleração de julgamento	1273
8.5. Crimes conexos e coautores	1274
8.6. Comarca (ou subseção judiciária) para a qual o processo será desaforado	1274
8.7. Efeito suspensivo	1274
8.8. Recursos	1274
8.9. Reaforamento	1275
8.10. Competência para a execução provisória	1275

9. Preparação do processo para julgamento pelo Tribunal do Júri	1275
9.1. Ordenamento do processo	1276
9.2. Ordem do julgamento.....	1276
9.3. Habilitação do assistente do Ministério Público	1277
10. Organização do Júri.....	1277
10.1. Requisitos para ser jurado.....	1277
10.2. Recusa injustificada.....	1280
10.3. Direitos dos jurados	1280
10.4. Escusa de consciência	1281
11. Sessão de julgamento.....	1281
11.1. Reunião periódica.....	1281
11.2. Ausências	1281
11.2.1. Ausência do órgão do Ministério Público.....	1281
11.2.2. Ausência do advogado de defesa.....	1282
11.2.3. Ausência do acusado solto	1283
11.2.4. Ausência do acusado preso.....	1283
11.2.5. Ausência do advogado do assistente de acusação	1283
11.2.6. Ausência do advogado do querelante.....	1284
11.2.7. Ausência de testemunhas	1284
11.2.8. Ausência do juiz presidente	1285
11.3. Verificação da presença de, pelo menos, 15 jurados	1286
11.3.1. Empréstimo de jurados	1286
11.4. Suspeição, impedimento e incompatibilidade.....	1287
11.4.1. Dos jurados	1287
11.4.2. Do juiz-presidente.....	1288
11.4.3. Do órgão do Ministério Público	1288
11.5. Composição do Conselho de Sentença	1288
11.5.1. Recusas motivadas, imotivadas (ou peremptórias) e estouro de urna.....	1288
11.5.2. Tomada do compromisso dos jurados.....	1290
11.6. Instrução em plenário	1290
11.6.1. Leitura de peças.....	1291
11.6.2. Interrogatório do acusado.....	1292
11.6.2.1. Uso de algemas	1293
11.7. Debates.....	1294
11.7.1. Réplica e tréplica	1295
11.7.1.1. Inovação na tréplica.....	1296
11.7.2. Exibição e leitura de documentos em plenário	1297
11.7.3. Argumento de autoridade	1298
11.7.4. Direito ao aparte	1299
11.7.5. Sociedade indefesa	1299
11.7.6. Acusado indefeso.....	1299
11.8. Esclarecimentos aos jurados e possível dissolução do Conselho de Sentença.....	1301
12. Quesitação.....	1302
12.1. Leitura dos quesitos.....	1303
12.2. Votação.....	1304
12.3. Ordem dos quesitos.....	1305
12.4. Questões diversas.....	1309
12.4.1. Absolvção imprópria	1309
12.4.2. Falso testemunho em plenário	1309
12.4.3. Agravantes e atenuantes	1310
12.4.4. Concurso de crimes e homicídio praticado por milícia privada ou por grupo de extermínio	1311
13. Desclassificação.....	1312
13.1. Desclassificação e infração de menor potencial ofensivo	1313
13.2. Desclassificação e crimes conexos.....	1314
14. Sentença.....	1315
14.1. Sentença absolutória.....	1315
14.2. Sentença condenatória	1315
14.2.1. Execução provisória no caso de condenação pelo Júri a uma pena igual ou superior a 15 (quinze) anos de reclusão	1315
14.2.1.1. (In) constitucionalidade da execução provisória da pena no âmbito do Júri	1317
14.2.1.2. Nova sistemática adotada pela Lei n. 13.964/19 para fins de execução provisória da pena no âmbito do Júri	1319
14.3. Ata.....	1321
14.4. Atribuições do juiz presidente	1321
CAPÍTULO V – PROCEDIMENTO COMUM SUMARÍSSIMO 1321	
1. Constituição Federal e Juizados Especiais Criminais.....	1321
2. Competência dos Juizados Especiais Criminais ..	1324
2.1. Conceito de infração de menor potencial ofensivo.....	1324
2.1.1. Princípio da insignificância e infração de médio potencial ofensivo	1325

SUMÁRIO

2.2. Excesso de acusação	1326	7. Sistema recursal no âmbito dos Juizados e julgamento pelas turmas recursais	1352
2.3. Estatuto do Idoso	1327	7.1. Apelação nos Juizados.....	1353
2.4. Acusados com foro por prerrogativa de função	1327	7.2. Embargos de declaração nos Juizados	1354
2.5. Crimes eleitorais	1327	7.3. Recurso Extraordinário.....	1354
2.6. Violência doméstica e familiar contra a mulher e aplicação da Lei nº 9.099/95	1327	7.4. Recurso Especial	1354
2.7. Aplicação da Lei nº 9.099/95 na Justiça Militar	1328	7.5. <i>Habeas corpus</i>	1355
2.8. Conexão e continência entre crime comum e infração penal de menor potencial ofensivo.....	1329	7.6. Mandado de segurança	1355
2.9. Causas de modificação da competência dos Juizados	1330	7.7. Revisão criminal	1355
2.10. Natureza da competência dos Juizados: absoluta ou relativa	1331	8. Representação nos crimes de lesões corporais leves e lesões culposas.....	1356
2.11. Competência territorial	1332	9. Suspensão condicional do processo	1356
2.11.1. Juizados Especiais Itinerantes.....	1333	9.1. Conceito e natureza jurídica	1356
3. Termo Circunstanciado.....	1333	9.2. Requisitos de admissibilidade da suspensão condicional do processo	1357
4. Situação de flagrância nas infrações de menor potencial ofensivo.....	1335	9.3. Suspensão condicional do processo em crimes de ação penal de iniciativa privada.....	1359
4.1. Afastamento do lar nos casos de violência doméstica	1336	9.4. Iniciativa da proposta de suspensão condicional do processo	1360
5. Fase preliminar dos Juizados.....	1336	9.5. Momento para a aceitação da proposta.....	1361
5.1. Composição dos danos civis	1336	9.5.1. Desclassificação e procedência parcial da pretensão punitiva.....	1361
5.2. Oferecimento de representação	1338	9.6. Aceitação da proposta.....	1362
5.3. Transação penal	1339	9.7. Recurso cabível contra a decisão homologatória da suspensão	1363
5.3.1. Pressupostos de admissibilidade da transação penal.....	1339	9.8. Condições da suspensão condicional do processo	1364
5.3.2. Procedimento para o oferecimento da proposta de transação penal	1341	9.9. Revogação da suspensão condicional do processo	1365
5.3.3. Recusa injustificada de oferecimento da proposta de transação penal	1342	9.9.1. Revogação obrigatória	1366
5.3.4. Momento para o oferecimento da proposta de transação penal.....	1343	9.9.2. Revogação facultativa.....	1366
5.3.5. Descumprimento injustificado da transação penal.....	1344	9.10. Extinção da punibilidade.....	1366
5.3.6. Recurso	1346	9.11. Suspensão condicional do processo em crimes ambientais.....	1367
6. Análise do procedimento comum sumaríssimo..	1347	10. Execução no âmbito dos Juizados Especiais Criminais.....	1368
6.1. Oferecimento da peça acusatória	1347	TÍTULO 12 • SENTENÇA PENAL	1369
6.2. Defesa Preliminar	1348	1. Atos processuais do juiz	1369
6.3. Rejeição ou recebimento da peça acusatória.....	1349	2. Classificação dos provimentos judiciais.....	1369
6.4. Citação do acusado.....	1349	2.1. Despachos de mero expediente	1369
6.5. Resposta à acusação.....	1350	2.2. Decisões interlocutórias simples e mistas (não terminativas e terminativas).....	1370
6.6. Possibilidade de absolvição sumária	1351	2.3. Decisões definitivas	1370
6.7. Audiência de instrução e julgamento	1351	2.4. Sentença	1371
		2.5. Sentenças definitivas, decisões definitivas e com força de definitivas	1371

2.6. Decisões executáveis, não executáveis e condicionais	1372	5.4. Pedido absolutório formulado pela acusação e (im) possibilidade de condenação	1408
2.7. Decisões subjetivamente simples, subjetivamente plúrimas e subjetivamente complexas.....	1372	6. Publicação da sentença.....	1408
2.8. Decisões suicidas, vazias e autofágicas	1372	6.1. Esgotamento da instância.....	1409
2.9. Decisões condenatórias, declaratórias, constitutivas (positivas e negativas), mandamentais e executivas	1372	6.2. Intimação da sentença.....	1410
3. Estrutura e requisitos da sentença.....	1373	7. Princípio da correlação entre acusação e sentença (ou da congruência)	1412
3.1. Relatório.....	1373	7.1. <i>Emendatio libelli</i>	1413
3.2. Fundamentação.....	1374	7.1.1. Momento procedimental adequado da <i>emendatio libelli</i>	1414
3.2.1. Fundamentação per relationem (ou aliunde).....	1376	7.1.2. <i>Emendatio libelli</i> e (des) necessidade de oitiva das partes	1416
3.3. Dispositivo	1377	7.1.3. <i>Emendatio libelli</i> nas diferentes espécies de ação penal	1417
3.4. Autenticação	1377	7.1.4. <i>Emendatio libelli</i> na 2ª instância.....	1418
4. Sentença absolutória.....	1378	7.2. <i>Mutatio libelli</i>	1419
4.1. Espécies de sentença absolutória.....	1378	7.2.1. Surgimento de prova nos autos de elementares ou circunstâncias não contidas na peça acusatória.....	1419
4.2. Presunção de inocência e regra probatória.....	1379	7.2.2. Fato novo e fato diverso.....	1421
4.3. Fundamentos.....	1379	7.2.3. Necessidade de aditamento, independentemente do quantum de pena cominado à imputação diversa	1421
4.4. Efeitos decorrentes da sentença absolutória.....	1380	7.2.4. Aditamento espontâneo (CPP, art. 384, <i>caput</i>) e provocado (CPP, art. 384, § 1º).....	1422
4.4.1. Efeito principal: colocação do acusado em liberdade.....	1380	7.2.5. Procedimento da <i>mutatio libelli</i>	1424
4.4.2. Efeitos secundários.....	1380	7.2.6. Recurso cabível contra a rejeição do aditamento à peça acusatória	1425
5. Sentença condenatória	1381	7.2.7. <i>Mutatio libelli</i> nas diferentes espécies de ação penal	1425
5.1. Fixação da pena.....	1381	7.2.8. Aditamento: imputação superveniente e possibilidade de condenação do acusado quanto à imputação originária	1426
5.1.1. Fixação da pena-base.....	1384	7.2.9. <i>Mutatio libelli</i> na 2ª instância.....	1427
5.1.2. Fixação da pena provisória	1388	7.3. Quadro comparativo entre <i>emendatio</i> e <i>mutatio libelli</i>	1429
5.1.3. Fixação da pena definitiva	1390	7.4. Disposições comuns à <i>emendatio</i> e <i>mutatio libelli</i>	1429
5.1.4. Fixação do regime penitenciário.....	1391	7.4.1. Possibilidade de oferecimento da proposta de transação penal.....	1429
5.1.4.1. Detração na sentença condenatória para fins de determinação do regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade (Lei nº 12.736/12).....	1393	7.4.2. Possibilidade de oferecimento da proposta de suspensão condicional do processo.....	1430
5.1.5. Substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos	1394	7.4.3. Mudança de competência.....	1431
5.1.6. Fixação da pena de multa.....	1397	7.4.4. Mudança da espécie de ação penal.....	1432
5.2. Decretação (ou manutenção) da prisão preventiva ou das medidas cautelares diversas da prisão na sentença condenatória	1398	7.5. <i>Emendatio</i> e <i>mutatio libelli</i> no processo penal militar.....	1433
5.3. Efeitos decorrentes da sentença penal condenatória.....	1399		
5.3.1. Efeitos penais	1399		
5.3.2. Efeitos extrapenais.....	1399		
5.3.2.1. Efeitos extrapenais obrigatórios	1399		
5.3.2.2. Efeitos extrapenais específicos.....	1402		

TÍTULO 13 • NULIDADES.....	1435
1. Noções gerais: tipicidade processual e nulidade	1435
2. Espécies de irregularidades.....	1436
3. Espécies de atos processuais.....	1437
4. Nulidade	1438
4.1. Espécies de nulidades.....	1439
4.1.1. Nulidade absoluta.....	1439
4.1.1.1. Hipóteses de nulidades absolutas.....	1441
4.1.2. Nulidade relativa.....	1441
4.1.2.1. Hipóteses de nulidades relativas	1442
4.1.2.2. Momento para a arguição das nulidades relativas	1442
4.1.3. Anulabilidades	1445
4.2. Reconhecimento das nulidades	1446
4.2.1. Na primeira instância	1446
4.2.2. Na segunda instância	1446
5. Princípios referentes às nulidades.....	1447
5.1. Princípio da tipicidade das formas.....	1447
5.2. Princípio do prejuízo.....	1447
5.3. Princípio da instrumentalidade das formas....	1448
5.4. Princípio da eficácia dos atos processuais.....	1449
5.5. Princípio da restrição processual à decretação da ineficácia.....	1450
5.6. Princípio da causalidade (efeito expansivo)	1450
5.7. Princípio da conservação dos atos processuais (confinamento da nulidade)	1452
5.8. Princípio do interesse.....	1452
5.9. Princípio da lealdade (ou da boa-fé).....	1453
5.10. Princípio da convalidação	1453
6. Nulidades em espécie	1455
6.1. Incompetência.....	1455
6.2. Suspeição.....	1455
6.3. Suborno do juiz.....	1455
6.4. Ilegitimidade de parte	1456
6.5. Falta da denúncia, da queixa, da representação e da requisição do Ministro da Justiça.....	1456
6.6. Ausência do exame de corpo de delito.....	1456
6.7. Falta de nomeação de defensor ao acusado presente, que não o tiver, ou ao ausente, e de curador ao menor de 21 anos.....	1456
6.8. Não intervenção do Ministério Público	1458
6.9. Ausência de citação (circundução), do interrogatório do acusado e de concessão dos prazos à acusação e à defesa	1459
6.10. Nulidades cominadas no procedimento bifásico do Tribunal do Júri.....	1459
6.11. Falta da sentença.....	1461
6.12. Falta do recurso de ofício, nos casos em que a lei o tenha estabelecido.....	1462
6.13. Falta de intimação, nas condições estabelecidas pela lei, para ciência das sentenças e despachos de que caiba recurso	1462
6.14. Falta do <i>quorum</i> legal para o julgamento nos Tribunais Superiores e nos Tribunais de Justiça e Tribunais Regionais Federais	1463
6.15. Omissão de formalidade que constitua elemento essencial do ato.....	1463
6.16. Nulidade decorrente da carência de fundamentação	1464
7. Nulidades no inquérito policial	1464
TÍTULO 14 • RECURSOS.....	1467
CAPÍTULO I – TEORIA GERAL DOS RECURSOS.....	1467
1. Conceito e características.....	1467
2. Natureza jurídica dos recursos.....	1467
2.1. Interposição de recursos com intuito manifestamente protelatório e litigância de má-fé.	1468
3. Princípios	1468
3.1. Duplo grau de jurisdição	1468
3.1.1. Recolhimento à prisão para recorrer.....	1470
3.1.2. Acusados com foro por prerrogativa de função.....	1473
3.2. Princípio da taxatividade dos recursos.....	1476
3.3. Princípio da unirrrecorribilidade das decisões.....	1476
3.4. Princípio da fungibilidade.....	1477
3.5. Princípio da convolução.....	1478
3.6. Princípio da voluntariedade dos recursos.....	1478
3.6.1. Reexame necessário (recurso de ofício ou remessa necessária).....	1479
3.7. Princípio da disponibilidade dos recursos....	1480
3.8. Princípio da <i>non reformatio in pejus</i> (efeito prodômico da sentença)	1481
3.8.1. Princípio da <i>non reformatio in pejus</i> direta e indireta.....	1483
3.8.2. <i>Non reformatio in pejus</i> indireta e incompetência absoluta.....	1484
3.8.3. <i>Non reformatio in pejus</i> indireta e soberania dos veredictos.....	1486
3.9. Princípio da <i>reformatio in mellius</i>	1487
3.10. Princípio da dialeticidade.....	1488
3.10.1. Ausência de razões recursais da defesa e do Ministério Público.....	1489

3.11. Princípio da complementariedade	1490	7.4. Efeito regressivo, iterativo ou diferido	1512
3.12. Princípio da variabilidade	1490	7.5. Efeito extensivo	1513
3.13. Princípio da colegialidade	1491	7.6. Efeito substitutivo	1514
4. Pressupostos de admissibilidade recursal (juízo de prelibação).....	1492	7.7. Efeito translativo	1514
5. Pressupostos objetivos de admissibilidade recursal	1494	7.8. Efeito dilatório-procedimental.....	1514
5.1. Cabimento.....	1494	8. Direito intertemporal e recursos.....	1514
5.2. Adequação	1494	9. Classificação dos recursos.....	1516
5.3. Tempestividade	1494	9.1. Quanto à obrigatoriedade.....	1516
5.3.1. Prazos recursais diversos.....	1495	9.2. Quanto à fundamentação	1516
5.3.2. Interposição de recursos via fax.....	1496	9.3. Quanto à extensão da matéria impugnada	1517
5.4. Inexistência de fato impeditivo.....	1497	9.4. Quanto aos pressupostos de admissibilidade.....	1517
5.4.1. Renúncia ao direito de recorrer.....	1497	9.5. Quanto ao objeto imediato do recurso.....	1518
5.4.2. Preclusão.....	1498		
5.4.3. Recolhimento à prisão para recorrer.....	1498	CAPÍTULO II – RECURSOS CRIMINAIS EM ESPÉCIE.....	1518
5.5. Inexistência de fato extintivo (extinção anômala do recurso).....	1498	1. Recurso em sentido estrito	1518
5.5.1. Desistência.....	1498	1.1. Interpretação extensiva	1519
5.5.2. Deserção	1500	1.2. Utilização residual do recurso em sentido estrito	1519
5.5.2.1. Deserção por falta de preparo	1500	1.3. Hipóteses de cabimento	1520
5.5.2.2. Deserção por fuga do acusado	1501	1.3.1. Não recebimento da peça acusatória.....	1520
5.6. Regularidade formal.....	1501	1.3.2. Incompetência do juízo	1520
6. Pressupostos subjetivos de admissibilidade recursal	1502	1.3.3. Procedência das exceções, salvo a de suspeição	1521
6.1. Legitimidade recursal.....	1502	1.3.4. Pronúncia do acusado.....	1522
6.1.1. Legitimação restrita e subsidiária do assistente da acusação	1503	1.3.5. Decisão que conceder, negar, arbitrar, cassar ou julgar inidônea a fiança, indeferir requerimento de prisão preventiva ou revogá-la, conceder liberdade provisória ou relaxar a prisão em flagrante	1522
6.2. Interesse recursal.....	1506	1.3.6. Decisão que julgar quebrada a fiança ou perdido o seu valor	1524
6.2.1. Classificação da sucumbência	1506	1.3.7. Decisão que decretar (ou não) a extinção da punibilidade	1524
6.2.2. Sentença absolutória e interesse recursal da defesa	1507	1.3.8. Decisão que conceder ou negar a ordem de <i>habeas corpus</i>	1525
6.2.3. Extinção da punibilidade e interesse recursal no julgamento do mérito	1507	1.3.9. Decisão que conceder, negar ou revogar a suspensão condicional da pena ou a suspensão condicional do processo.....	1526
6.2.4. Divergência entre o interesse recursal do acusado e o de seu defensor.....	1508	1.3.10. Decisão que conceder, negar ou revogar livramento condicional.....	1526
6.2.5. Sentença condenatória e/ou absolutória e interesse recursal do Ministério Público.....	1508	1.3.11. Decisão que anular o processo da instrução criminal, no todo ou em parte, ou que reconhecer a ilicitude da prova e determinar seu desentranhamento.....	1526
7. Efeitos dos recursos	1509	1.3.12. Decisão que incluir jurado na lista geral ou desta o excluir	1527
7.1. Efeito obstativo.....	1509		
7.2. Efeito devolutivo	1509		
7.3. Efeito suspensivo.....	1511		
7.3.1. Cabimento de mandado de segurança para atribuir efeito suspensivo a recurso criminal interposto pelo Ministério Público.....	1511		

1.3.13. Decisão que denegar a apelação ou a julgar deserta	1528	2.4. Aspectos procedimentais da apelação	1545
1.3.14. Decisão que ordenar a suspensão do processo, seja em virtude de questão prejudicial, seja quando o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir defensor	1528	2.4.1. Forma	1545
1.3.15. Decisão que decidir sobre a unificação de penas	1529	2.4.2. Prazo	1546
1.3.16. Decisão que decidir o incidente de falsidade	1529	2.4.3. Processamento	1546
1.3.17. Incidentes da execução da pena	1529	2.4.4. Competência para o julgamento	1547
1.3.18. Decisão que converter a multa em detenção ou prisão simples	1529	2.5. Efeitos	1547
1.3.19. Decisão que recusar homologação à proposta de acordo de não persecução penal (CPP, art. 28-A)	1530	3. Protesto por novo júri	1548
1.4. Aspectos procedimentais do recurso em sentido estrito	1530	3.1. Revogação pela Lei nº 11.689/08	1548
1.4.1. Forma	1530	3.2. Pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade recursal do revogado protesto por novo júri	1549
1.4.2. Prazo	1531	4. Embargos infringentes e de nulidade	1552
1.4.3. Processamento	1531	4.1. Hipóteses de cabimento	1552
1.4.4. Competência para o julgamento	1532	4.2. Prazo e interposição	1553
1.5. Efeitos	1532	4.3. Competência para seu julgamento	1553
2. Apelação	1533	4.4. Efeitos	1553
2.1. Noções gerais	1533	4.5. Possibilidade de interposição simultânea dos embargos infringentes e de nulidade e dos recursos extraordinários	1554
2.2. Espécies	1534	5. Embargos de Declaração	1555
2.2.1. Apelação plena (ou ampla) e apelação parcial (restrita)	1534	5.1. Hipóteses de cabimento	1555
2.2.2. Apelação principal e apelação subsidiária (ou supletiva)	1535	5.2. Prazo	1556
2.2.3. Apelação sumária e apelação ordinária	1535	5.3. Procedimento	1556
2.2.4. Apelação adesiva (ou incidental)	1535	5.4. Efeitos quanto aos demais prazos recursais	1556
2.3. Hipóteses de cabimento	1536	6. Agravo em execução	1557
2.3.1. Sentença definitiva de condenação ou absolvição proferida por juiz singular	1536	6.1. Hipóteses de cabimento	1557
2.3.2. Decisões definitivas, ou com força de definitivas, proferidas por juiz singular, nos casos em que não houver previsão legal de cabimento do recurso em sentido estrito	1536	6.2. Procedimento	1558
2.3.3. Decisões do Tribunal do Júri	1537	6.3. Prazo	1558
2.3.3.1. (In) subsistência do cabimento de apelação interposta pela acusação com base no art. 593, III, alínea “d”, do CPP, diante de eventual absolvição do acusado com base no quesito absolutório genérico	1543	6.4. Efeitos	1558
		7. Carta testemunhável	1558
		7.1. Hipóteses de cabimento	1558
		7.2. Prazo	1559
		7.3. Procedimento	1559
		7.4. Efeitos	1560
		8. Correição parcial	1560
		8.1. Hipóteses de cabimento	1560
		8.2. Natureza jurídica	1561
		8.3. Legitimidade	1562
		8.4. Prazo	1562
		TÍTULO 15 • AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO	1563
		CAPÍTULO I – HABEAS CORPUS	1563
		1. Noções Gerais	1563
		2. Natureza jurídica	1563

3. Interesse de agir na ação de <i>habeas corpus</i>	1564	8.3. Coação ordenada por autoridade incompetente	1584
3.1. Necessidade da tutela: violência ou coação decorrente de ilegalidade ou abuso de poder	1564	8.4. Cessação do motivo que autorizou a coação	1584
3.2. Adequação: tutela da liberdade de locomoção e a antiga doutrina brasileira do <i>habeas corpus</i>	1566	8.5. Não admissão de prestação de fiança	1585
3.2.1. Hipóteses que autorizam o conhecimento do <i>habeas corpus</i>	1566	8.6. Processo manifestamente nulo	1587
3.2.2. Hipóteses em que não se autoriza o conhecimento do <i>habeas corpus</i> por falta de adequação	1567	8.7. Extinção da punibilidade.....	1588
3.2.2.1. <i>Habeas Corpus</i> substitutivo de Recurso Ordinário.....	1570	9. Competência.....	1589
4. Possibilidade jurídica do pedido.....	1572	9.1. Competência do Supremo Tribunal Federal.....	1590
4.1. Cabimento do <i>habeas corpus</i> em relação a punições disciplinares militares	1572	9.2. Competência do Superior Tribunal de Justiça.....	1591
4.2. Estado de Sítio.....	1572	9.3. Competência dos Tribunais Regionais Federais.....	1592
4.3. Prisão administrativa	1573	9.4. Competência dos Tribunais de Justiça.....	1592
5. Legitimação ativa	1573	9.5. Competência da Justiça Militar	1592
5.1. Distinção entre impetrante e paciente	1573	9.6. Competência das Turmas Recursais	1593
5.1.1. <i>Habeas corpus</i> coletivo.....	1574	9.7. Competência da Justiça do Trabalho	1594
5.2. Legitimação ampla e irrestrita	1575	9.8. Competência do juiz de 1ª instância.....	1594
5.3. Pessoa jurídica.....	1576	9.9. Ministério Público como autoridade coatora e competência para o julgamento do <i>habeas corpus</i>	1595
5.4. Ministério Público	1576	10. Procedimento	1596
5.5. Outras autoridades	1577	10.1. Capacidade postulatória	1596
6. Legitimação passiva	1578	10.2. Petição inicial	1596
6.1. Autoridade coatora (ou coator) e detentor	1578	10.3. Dilação probatória.....	1597
6.2. Ministério Público como autoridade coatora	1578	10.4. Medida liminar	1597
6.3. Particular como coator.....	1578	10.4.1. Indeferimento de liminar por Relator em Tribunal e impetração de novo <i>habeas corpus</i>	1598
6.4. Outras autoridades	1579	10.5. Apresentação do preso e requisição de informações.....	1599
7. Espécies de <i>habeas corpus</i> : liberatório, preventivo, profilático e trancativo	1579	10.6. Efeito extensivo da ordem de <i>habeas corpus</i>	1599
8. Hipóteses de impetração do <i>habeas corpus</i>	1580	10.7. Intervenção das partes	1599
8.1. Ausência de justa causa.....	1580	10.8. Recursos contra as decisões em <i>habeas corpus</i>	1600
8.1.1. Falta de justa causa para a prisão	1581	10.9. Coisa julgada	1602
8.1.2. Falta de justa causa e trancamento de investigações preliminares.....	1581	CAPÍTULO II – REVISÃO CRIMINAL	1602
8.1.3. Falta de justa causa e trancamento do processo penal	1582	1. Noções gerais	1602
8.2. Decurso do tempo de prisão previsto na lei.....	1583	2. Conceito	1603
8.2.1. Excesso de prazo da prisão penal.....	1583	3. Natureza jurídica.....	1603
8.2.2. Excesso de prazo da prisão temporária.....	1584	4. Distinção entre revisão criminal e ação rescisória.....	1604
8.2.3. Excesso de prazo da prisão preventiva.....	1584	5. Pedidos: juízo rescindente e juízo rescisório.....	1604
		6. Condições da ação	1605

6.1. Legitimidade ativa e passiva.....	1605	8.2. Desnecessidade de recolhimento à prisão.....	1615
6.2. Interesse de agir: coisa julgada.....	1606	8.3. Inexistência de prazo decadencial.....	1615
6.2.1. Desnecessidade de esgotamento das instâncias ordinárias (prequestionamento)	1606	8.4. Competência.....	1616
6.3. Possibilidade jurídica do pedido: sentença condenatória ou absolutória imprópria, inclu- sive após o cumprimento da pena e/ou morte do acusado	1607	8.5. Procedimento	1617
6.3.1. Vedação da revisão criminal pro so- cietate no ordenamento pátrio e princípio do ne bis in idem processual	1607	8.6. Efeito suspensivo.....	1618
6.3.2. Impossibilidade de utilização da revisão criminal para fins de modificação dos fundamentos de sentença absolutória própria	1608	8.7. Ônus da prova	1618
6.3.3. Extinção da punibilidade.....	1608	8.8. <i>Non reformatio in pejus</i> direta e indireta.....	1619
6.3.4. Revisão criminal no âmbito do Júri e soberania dos veredictos	1608	8.9. Recursos	1620
6.3.5. Juizados Especiais Criminais	1609	8.10. Indenização pelo erro judiciário.....	1620
6.3.6. Transação penal	1609	8.11. Coisa julgada	1621
6.3.7. Impeachment	1610		
7. Hipóteses de cabimento da revisão criminal	1610	CAPÍTULO III – MANDADO DE SEGURANÇA	1621
7.1. Contrariedade ao texto expresso da lei penal.....	1610	1. Noções gerais.....	1621
7.2. Contrariedade à evidência dos autos.....	1612	2. Conceito e natureza jurídica.....	1622
7.3. Decisão fundada em depoimentos, exames ou documentos comprovadamente falsos	1612	3. Objeto da tutela	1622
7.4. Descoberta de novas provas em favor do condenado.....	1612	4. Prazo decadencial.....	1623
7.5. Nulidade do processo.....	1614	5. Legitimação ativa e passiva.....	1623
8. Aspectos procedimentais da revisão criminal	1615	6. Cabimento.....	1624
8.1. Capacidade postulatória	1615	6.1. Hipóteses comuns de impetração do man- dado de segurança no âmbito criminal.....	1625
		7. Aspectos procedimentais	1626
		7.1. Petição inicial	1626
		7.2. Procedimento e julgamento do mandado de segurança	1626
		7.3. Competência.....	1627
		7.4. Medida liminar.....	1628
		7.5. Recursos	1629
		BIBLIOGRAFIA.....	1631